

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Considerações sobre diversidade sexual e de gênero e comportamento político: quadro teórico e análise exploratória sobre o caso brasileiro

Éder Rodrigo Gimenes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14915>

Submetido em: 2026-01-21

Postado em: 2026-03-09 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

CONSIDERATIONS ON SEXUAL AND GENDER DIVERSITY AND POLITICAL BEHAVIOR: THEORETICAL FRAMEWORK AND EXPLORATORY ANALYSIS OF THE BRAZILIAN CASE ¹

Éder Rodrigo Gimenes² (<http://orcid.org/0000-0002-2059-186X>)

Abstract

This study discusses the relationship between sexual and gender diversity and political behavior in Brazil, seeking to understand the perceptions and attitudes of these groups within the current democratic and conservative context, while emphasizing the scarcity of in-depth scientific investigations on the subject. The main objective is to analyze how LGBT+ individuals relate to democracy, their values, and their positions regarding relevant political issues. The theoretical framework presented acknowledges the increasing presence of political debates regarding LGBT+ rights and identities—particularly within a context of advancing far-right conservatism that threatens the civil and social rights of this population—and further highlights that, despite existing research often focusing on attitudes of prejudice and tolerance, there is an emerging need to understand LGBT+ individuals as political subjects, considering their perceptions of democracy, values, and attitudes. The empirical analysis is based on the quantitative survey “Visions of Democracy” (Visões da democracia), produced within the scope of the INCT “Democratic Representation and Legitimacy” (ReDem/CNPq), from which descriptive, bivariate, and multivariate analyses were conducted. On the one hand, the results reveal that, while differences in adherence to democratic practices between heterosexuals and non-heterosexuals are limited regarding abstract aspects, there are more relevant distinctions related to perceptions of the regime’s functioning and conservatism. On the other hand, the results indicate that a rigorous classification of views of democracy into minimalist, maximalist, and intermediate categories reveals sharper distinctions, largely related to the status quo permeating heterocisnormativity. Furthermore, the study underscores the importance of expanding quantitative studies addressing the experiences and political positions of LGBT+ groups in Brazil, contributing to a more inclusive democracy. It also emphasizes that scientific production must avoid generalizations and account for distinct identities and lived experiences, promoting a more precise understanding of the relationships between sexual diversity, gender identity, and political behavior.

Keywords: Political behavior; LGBT+ population; Sexual and gender diversity; Views of democracy.

¹ *Paper* decorrente de relatório final de pesquisa de pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob supervisão do Prof. Dr. Julian Borba, submetido em 30 de junho de 2025.

² Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM), docente e bolsista pesquisador do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Coordenador do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ (LEP UEM), pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM) e do INCT “Representação e Legitimidade Democrática” (ReDem/CNPq). E-mail: ergimenes@uem.br

CONSIDERACIONES SOBRE DIVERSIDAD SEXUAL Y DE GÉNERO Y COMPORTAMIENTO POLÍTICO: MARCO TEÓRICO Y ANÁLISIS EXPLORATORIO DEL CASO BRASILEÑO

Resumen

Este estudio discute la relación entre la diversidad sexual y de género y el comportamiento político en Brasil, buscando comprender las percepciones y actitudes de estos grupos en el actual contexto democrático y conservador, enfatizando la escasez de investigaciones científicas profundas sobre el tema. El objetivo principal es analizar cómo los individuos LGBT+ se relacionan con la democracia, sus valores y sus posiciones frente a temas políticos relevantes. El marco teórico presentado reconoce la creciente presencia de debates políticos acerca de los derechos y las identidades LGBT+, especialmente en un contexto de avance del conservadurismo de extrema derecha que amenaza los derechos civiles y sociales de esta población, y destaca además que, a pesar de que las investigaciones existentes se centran frecuentemente en actitudes de prejuicio y tolerancia, existe una necesidad emergente de comprender a los individuos LGBT+ como sujetos políticos, considerando sus percepciones de la democracia, valores y actitudes. El análisis empírico se basa en la encuesta cuantitativa "Visões da democracia" (Visiones de la democracia), producida en el ámbito del INCT "Representação e Legitimidade Democrática" (Representación y Legitimidad Democrática - ReDem/CNPq), a partir de la cual se realizaron análisis descriptivos, bivariados y multivariados. Los resultados evidencian, por un lado, que si bien las diferencias en la adhesión a prácticas democráticas entre heterosexuales y no heterosexuales son reducidas en aspectos abstractos, existen distinciones más relevantes relacionadas con las percepciones del funcionamiento del régimen y con el conservadurismo. Por otro lado, denotan que una clasificación rigurosa de las visiones de la democracia en categorías minimalistas, maximalistas y otras intermedias evidencia distinciones más acentuadas, en gran medida relacionadas con el status quo que permea la heterocisnormatividad. Además, se señala la importancia de ampliar los estudios cuantitativos que aborden las experiencias y posiciones políticas de los grupos LGBT+ en Brasil, contribuyendo a una democracia más inclusiva. Se resalta también que la producción científica debe evitar generalizaciones y contemplar las distintas identidades y vivencias, promoviendo una comprensión más precisa de las relaciones entre diversidad sexual, identidad de género y comportamiento político.

Palabras clave: Comportamiento político; Población LGBT+; Diversidad sexual y de género; Visiones de la democracia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E COMPORTAMENTO POLÍTICO: QUADRO TEÓRICO E ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE O CASO BRASILEIRO

Resumo

Este estudo discute a relação entre diversidade sexual e de gênero e o comportamento político no Brasil, buscando compreender as percepções e atitudes desses grupos no contexto democrático e conservador atual, enfatizando a escassez de investigações científicas aprofundadas sobre o tema. O objetivo principal é analisar como indivíduos LGBTQ+ se relacionam com a democracia, seus valores e suas posições frente a temas políticos relevantes. O quadro teórico apresentado reconhece a crescente presença de debates políticos acerca dos direitos e das identidades LGBTQ+, especialmente em um contexto de avanço do conservadorismo de extrema-direita que ameaça direitos civis e sociais dessa população e destaca ainda que, apesar de as pesquisas existentes focarem frequentemente em atitudes de preconceito e tolerância, há uma necessidade emergente de compreender os indivíduos LGBTQ+ como sujeitos políticos, considerando suas percepções de democracia, valores e atitudes. A análise empírica baseia-se na pesquisa quantitativa “Visões da democracia”, produzida no âmbito do INCT “Representação e Legitimidade Democrática” (ReDem/CNPq), a partir da qual foram realizadas análises descritivas, bivariadas e multivariadas. Os resultados evidenciam, por um lado, que, embora as diferenças na adesão a práticas democráticas entre heterossexuais e não heterossexuais sejam reduzidas em aspectos abstratos, há distinções mais relevantes relacionadas às percepções do funcionamento do regime e ao conservadorismo. Por outro lado, denotam que uma classificação exigente de visões de democracia em categorias minimalistas, maximalistas e outras intermediárias evidencia distinções mais acentuadas, em muito relacionadas ao *status quo* que permeia a heterocisnormatividade. Ademais, pontua a importância de ampliar estudos quantitativos que abordem as experiências e posições políticas dos grupos LGBTQ+ no Brasil, contribuindo para uma democracia mais inclusiva. Ressalta ainda que a produção científica deve evitar generalizações e contemplar as distintas identidades e vivências, promovendo uma compreensão mais precisa das relações entre diversidade sexual, identidade de gênero e comportamento político.

Palavras-chave: Comportamento político; População LGBTQ+; Diversidade sexual e de gênero; Visões de democracia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS³

Na contemporaneidade, muito tem se discutido sobre os rumos das democracias diante de ameaças que, em muitos países, advêm do próprio contexto institucional, como Donald Trump nos Estados Unidos (por duas vezes, tendo sido eleito presidente em 2016 e em 2024) e

³ *Paper* relacionado a pesquisa em andamento no âmbito do projeto de pesquisa institucional “Comportamento político, participação social e qualidade da democracia no Brasil” (UEM) e do INCT ReDem, cujos dados analisados são de uso exclusivo de pesquisadores vinculados à segunda pesquisa, até o encerramento do INCT.

Jair Bolsonaro no Brasil, eleito em 2018. Em comum, esses agentes foram centrais ao desenvolvimento de projetos políticos moralmente conservadores, em que questões relacionadas a gênero e sexualidade são colocadas em xeque, como se os direitos sociais e constitucionais de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e outros grupos não heteronormativos que conformam perfis de diversidade sexual (LGBT+) não fossem relevantes em sociedades onde todos os diferentes grupos sociais deveriam ser respeitados e contemplados por políticas públicas, ainda que minimamente.

Um levantamento bibliográfico extenso, em curso, aponta que tais indivíduos são pouco considerados por pesquisas que buscam identificar suas percepções, os valores e comportamentos, sendo este um campo de conhecimento a ser ainda amadurecido, de modo que a inclusão de questões sobre orientação sexual e identidade de gênero em pesquisas de opinião pública ainda é limitada e simplista, frequentemente restringindo-se às categorias heterossexual, homossexual e bissexual.

Hunklinger (2021) apontou diferenças no comparecimento eleitoral entre LGBT+ e heterossexuais estadunidenses, indicando padrões de escolhas distintos, enquanto no caso alemão, Wurthmann (2022) demonstrou que a participação eleitoral LGBT+ é expressiva, especialmente em contextos de ameaças à democracia.

No Brasil, por outro lado, observa-se a presença de "gays de direita" (Villela, Giorgi e Calixto, 2022; Salgado, 2024) e de LGBT+ que rejeitam a luta por direitos para esse grupo no Executivo e Legislativo. Esse fenômeno indica que o comportamento político LGBT+ não é homogêneo e pode ser influenciado por diferentes fatores, como contexto social, ideologia e identidade individual.

De modo geral, as pesquisas indicam que indivíduos LGBT+ podem ter posturas políticas diversas, desde a priorização de seus direitos até a defesa de outras minorias (Robinson e Bell, 1978; Davis Junior, 2005; Kane e Whipkey, 2009). As pesquisas geralmente tratam LGBT+ como objetos de estudo, focando em percepções gerais sobre sua existência e direitos, mas avanços são necessários para compreendê-los como sujeitos políticos (Grollman, 2017; Schnabel, 2018; Swank, 2018; Worthen, 2018; Silva e Araújo, 2023; Barrientos et al., 2024; Bartels et al., 2024), uma vez que as questões utilizadas em pesquisas nacionais e internacionais abordam desde atitudes em relação à homossexualidade até direitos civis e políticos, como candidaturas e adoção por casais homoafetivos (Peixoto e Souza, 2019; Lima et al., 2022; Siegel, 2024), mas raramente há perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero, necessárias para que possamos compreender como esses atores se relacionam com a política, mais do que apenas entender como a sociedade em geral os considera.

Essa mudança de abordagem pode ampliar o entendimento sobre o impacto da

identidade sexual e da identidade de gênero nas escolhas políticas e na representação institucional, de modo que enfatiza-se que a produção de conhecimento sobre essa temática é fundamental, pois o comportamento político – no mundo todo, mas especificamente também, e com destaque, no Brasil - carece de estudos aprofundados sobre a influência da orientação sexual e da identidade de gênero nas decisões políticas dos indivíduos, já que compreender essas dinâmicas pode oferecer subsídios importantes para o debate público e para a formulação de políticas mais inclusivas.

Ante a este contexto, o objetivo deste paper é de analisar dados inéditos da pesquisa quantitativa “Visões da democracia”, no âmbito do INCT “Representação e Legitimidade Democrática”, que incluiu questão sobre orientação sexual. Ainda que não contemple a demanda complexa de debates envolvendo identidade de gênero, trata-se do primeiro *survey* com amostra representativa da população nacional a considerar orientação sexual, o qual identificou que há diferenças importantes entre percepções entre indivíduos não heterossexuais e heterossexuais com relação a aspectos que conformam o apoio ao regime democrático, seus valores e funcionamento efetivo, o que permite inferir que se trata de debate pertinente à promoção de uma democracia mais representativa e equitativa.

DEMOCRACIA EM TEMPOS DE DESIGUALDADES E RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

A diversidade sexual e de gênero tem se consolidado como um tema cada vez mais presente nos debates políticos, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Em paralelo ao avanço do conservadorismo de extrema-direita em diversos países, observa-se o recrudescimento de ataques a grupos que vivem à margem da cis-heteronormatividade, como é o caso da população LGBTQIA+.

Refletir sobre essa população implica, por um lado, reconhecer a complexidade que envolve as múltiplas identidades representadas pela sigla, cujas letras se ampliam ao longo do tempo como modo de conferir visibilidade às especificidades de cada grupo, as quais dizem respeito às experiências que desafiam os padrões hegemônicos vinculados ao sexo biológico, à orientação sexual e à identidade de gênero e que enfrentam obstáculos significativos para a construção de sociabilidades dignas nas democracias contemporâneas.

Por outro lado, trata-se também de enfrentar a incompreensão generalizada, presente no senso comum, sobre as distinções entre essas categorias para além de binarismos, grosso modo: sexo biológico reconhecendo masculino, feminino e intersexo; identidade de gênero cisgênero, transgênero e agênero; e orientação sexual heterossexual, homossexual, assexual, bissexual e

pansexual. Quinalha (2022) destaca como o avanço das décadas e a mobilização de movimentos sociais de grupos provocou tensionamentos na sigla que nos denomina ao longo dos anos, de modo que essa “sopa de letrinhas” (Facchini, 2005) remete a conjunto amplo de existências, cujas características podem remeter a uma ou mais letras, dado que cada um de nós – inclusive pessoas hetero-cisnormativas – somos atravessados por características que nos definem (ou não) quanto ao sexo biológico, à orientação sexual e à identidade de gênero.

[...] as últimas atualizações do acrônimo LGBTI+ que construímos coletivamente, por meio de um debate nacional, saíram das três únicas conferências nacionais que tivemos no país para o nosso segmento populacional. Desde então, o debate político no Brasil em torno de outras populações tem ganhado cada vez mais força, também em razão do aparecimento de organizações nacionais de defesa de direitos dessas pessoas, como a Associação Brasileira Intersexo (Abrai), a Articulação Brasileira Não Binária (Abranb) e o Coletivo de Assexuais para Informação e Visibilidade sobre as Assexualides (Abrace) (Ferreira e Irineu, 2024, p. 101).

O quadro a seguir apresenta uma síntese simples do que remete à maior sigla atualmente utilizada, mais ampla em termos de visibilização de perfis, com relação às características mencionadas no parágrafo anterior.

Quadro 1. Significado da sigla LGBTQIAPN+

Letra	Termo	Característica
L	Lésbicas	Orientação sexual
G	Gays	Orientação sexual
B	Bissexuais	Orientação sexual
T	Transgêneros (travestis e transexuais)	Identidade de gênero
Q	<i>Queer</i>	*
I	Intersexo	Sexo biológico
A	Assexuais	Orientação sexual
P	Pan-sexuais	Orientação sexual
N	Não-binários	Identidade de gênero
+	Agênero, gênero fluido e outras denominações não hetero-cisnormativas	**

* Remete a mais de uma característica/categoria.

** Agênero e gênero fluido remetem à identidades de gênero, contudo o “+” da sigla reporta a mais de uma característica/categoria passível de consideração.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Especificamente, cabe um destaque à letra “Q” da sigla, que remete não apenas a uma categoria de perfil, mas a uma corrente teórica fundada por Judith Butler (2012), pós-estruturalista e reconhecida como precursora da teoria *queer*, pautada no reconhecimento de que as identidades não são fixas, homogêneas e naturais, mas complexas, multifacetadas, plurais e dinâmicas, permeadas por atravessamentos que interseccionam opressões quanto a gênero, sexualidade, etnia, raça e classe social e que, nesse sentido, busca romper com a normatividade e o *status quo* e, portanto, se relaciona com o marxismo diretamente em sua crítica e enfrentamento à ordem burguesa. Um ponto de atenção sinalizado por Ferreira e Irineu

(2024) é que a teoria buscaria uma forma menos “engessada” de classificar os indivíduos, o oposto, portanto, do que inserir a letra “Q” na sigla significaria. Um caminho, mais recorrente em estudos internacionais, é utilizar o termo *queer* em substituição à sigla, como remetendo ao conjunto amplos de aspectos que as “letrinhas” indicam (Chaparro e Prado, 2022)⁴.

Mas este é apenas um dos pontos de diálogos e debates, dentro da própria comunidade. Frequentemente, o discurso social dominante deslegitima a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à essa população, sob o argumento de que todos são iguais perante a Constituição e, portanto, não haveria necessidade de tratamentos diferenciados.

Esse argumento, porém, não resiste à análise de dados concretos. Historicamente, o Brasil figura entre os países com os maiores índices de violência contra pessoas LGBTQIA+ no mundo (Grupo Gay da Bahia, 2025). É também o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans, o que evidencia um padrão sistêmico de violência e exclusão (Benevides, 2025). Além disso, observa-se um déficit significativo no âmbito legislativo, com a escassez de proposições e aprovação de políticas públicas que contemplem as demandas específicas dessa população.

Apesar de alguns avanços pontuais, o histórico de formulação e implementação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+ no Brasil é marcado por descontinuidades e resistências. O programa "Brasil Sem Homofobia", lançado durante o primeiro governo Lula (2004), enfrentou inúmeros obstáculos e acabou sendo interrompido, especialmente após a intensificação das pressões conservadoras. A proposta de inclusão da educação sexual no currículo escolar, por exemplo, sofreu forte oposição, o que inviabilizou a distribuição de materiais didáticos que promoviam o debate qualificado sobre o tema entre crianças e adolescentes (Silva e Araújo, 2023).

No campo da participação institucional, até o final do governo Temer, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação era a instância mais próxima de um espaço nacional voltado aos direitos da população LGBTQIA+. Inicialmente, tal Conselho tratava de forma conjunta das pautas raciais e da diversidade sexual, mas, com o tempo, passou a assumir a responsabilidade exclusiva sobre as questões LGBTQIA+. No entanto, o órgão foi extinto no início do governo Bolsonaro (2019), representando um retrocesso na estrutura participativa e de controle social e provocando a potencialização do silenciamento e da invisibilidade da

⁴ Tais modificações caminham no sentido até mesmo de tensionar as interpretações da teoria *queer* entre identidades coletivas e não identificação, o que implicaria não incluir o “Q” no acrônimo. Entretanto, o debate mais premente é de compreender que se deve problematizar as pautas e demandas como questões coletivas, evitando tratar de experiências individuais apenas, de modo superar a crítica neoliberal do identitarismo em favor do enfrentamento da expressão da questão social que se sobrepõe às violências LGBTI+, como evidenciam trabalhos de Colling (2015) e Irineu (2019), por exemplo.

população LGBTQIA+ no Brasil (Silva, 2023), aos moldes de um projeto necropolítico de ausência de reconhecimento de cidadania na existência dessa parcela dos brasileiros pela inércia do Estado (Rea, 2024).

De forma geral, os principais avanços em termos de direitos para a população LGBTQIA+ no Brasil ocorreram por meio da judicialização. Foi a partir do Poder Judiciário que se conquistaram importantes vitórias, sobretudo durante os governos Lula I (2003-2006) e II (2007-2010), nos quais o Executivo, embora tenha promovido iniciativas relevantes, não conseguiu institucionalizar uma agenda ampla e efetiva em diálogo com o Legislativo.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), inicialmente com Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e posteriormente com Dilma Rousseff (2011–2016), as pautas dos movimentos sociais, especialmente aquelas vocalizadas em conferências e conselhos, receberam maior atenção e encaminhamento do que em períodos anteriores — e também posteriores. Esse contexto favoreceu importantes avanços e reconhecimentos nos âmbitos jurídico, social e de saúde para a população LGBTI+.

Entre os marcos desse período, destacam-se: a autorização da cirurgia de redesignação sexual e sua oferta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em 2008; a utilização do nome social por pessoas trans em diversos serviços públicos, como o SUS e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011; e a autorização, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, bem como a conversão da união estável em casamento (Villela e Gimenes, 2021).

Apesar dos retrocessos políticos ocorridos nos anos seguintes, a mobilização e a força dos movimentos LGBTQIA+ seguiram gerando conquistas importantes, como: a autorização, pelo STF, da alteração de nome e sexo no registro civil de pessoas trans, independentemente de cirurgia ou autorização judicial (2018); a criminalização da LGBTQIA+fobia como forma de racismo, até que o Congresso Nacional aprove legislação específica sobre o tema (2019); e o fim da restrição à doação de sangue por homens que mantiveram relações sexuais com outros homens nos 12 meses anteriores (2020), também decidido pelo STF.

Atualmente, o terceiro mandato de Lula (2023–presente) é aquele que mais demonstra compromisso com a promoção dos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil. Três iniciativas, em especial, merecem destaque a criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, a instituição do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e a realização da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Desde o início do atual governo, o país passou a contar com a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da

Cidadania. Trata-se da primeira Secretaria de Estado no mundo com competência exclusiva para desenvolver políticas públicas, ações de cidadania e estratégias de promoção dos direitos humanos voltadas diretamente à população LGBTQIA+. Essa secretaria atua especialmente na promoção da dignidade, no enfrentamento à violência e na ampliação do acesso ao trabalho e à geração de renda para pessoas LGBTQIA+.

Em outro ato relevante, logo no início do atual mandato, o presidente Lula instituiu o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, uma estrutura inédita no país. Trata-se de um órgão colegiado, com caráter consultivo e deliberativo, que tem como finalidade contribuir para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+, respeitando a diversidade de experiências e garantindo a participação social nas decisões estatais.

Por fim, em 2025, será realizada a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, retomando um processo interrompido há nove anos, desde a última conferência nacional sobre o tema em 2016. A paralisação se deu durante os governos de Michel Temer, marcado por desinvestimentos em políticas sociais e negligência com os direitos de grupos socialmente minorizados, e de Jair Bolsonaro, cujo projeto político de base conservadora e neoliberal promoveu o apagamento institucional das pautas LGBTQIA+.

O tema central da conferência deste ano será "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+", com o objetivo de promover a construção de uma política pública nacional robusta, inclusiva e participativa, que considere a diversidade geográfica, histórica, social e cultural da população LGBTQIA+ em todas as regiões do Brasil. Nesse sentido, desde o final de 2024, estão sendo realizadas as etapas municipais e, posteriormente, as etapas estaduais, preparatórias à 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, com o objetivo de definir pautas, propostas e eleger delegados para a fase nacional. Por um lado, é visível a mobilização sociopolítica de pessoas LGBTQIA+, seus familiares e apoiadores na defesa e promoção de direitos e na efetivação de políticas públicas voltadas para essa população. Por outro lado, também se manifesta o conservadorismo de parcelas da sociedade que demonstram ressentimento diante dos avanços em visibilidade e espaço político conquistados por esses grupos.

Esse conservadorismo aparece, com frequência, nas redes sociais, onde postagens sobre conferências municipais são acompanhadas de comentários contrários à realização de políticas específicas para populações minorizadas. Esses discursos, muitas vezes, afirmam que “somos todos iguais perante a Constituição” e que, portanto, não haveria sentido em investir recursos públicos na formulação de políticas voltadas a grupos considerados “pequenos” ou “específicos” da sociedade.

Tais argumentos, no entanto, não são novos. Eles reproduzem uma lógica que ignora o histórico de desigualdade, violência e estigmatização vivenciado por esses grupos, e que se repete em outros debates públicos, como os que envolvem as cotas para pessoas trans no ensino superior, o direito ao uso do nome social ou as discussões travadas em conselhos profissionais sobre a importância de considerar a diversidade sexual em práticas institucionais.

No campo do Serviço Social, por exemplo, há um esforço crescente para compreender as especificidades relacionadas ao sexo biológico, à identidade de gênero e à orientação sexual, incorporando esses temas na formação e na atuação profissional (Ferreira e Irineu, 2024). Já no campo da Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) ainda se trava uma disputa significativa pela manutenção do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero como elementos fundamentais da constituição dos sujeitos e de sua sociabilidade. Mais recentemente, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou uma resolução que restringe o acesso de adolescentes trans a tratamentos hormonais, vetando a hormonioterapia para esse público, uma decisão que representa um grave retrocesso no direito à saúde de jovens transgêneros e que revela o tensionamento contínuo em torno das políticas públicas voltadas à diversidade.

Vivemos um período em que a própria democracia tem sido colocada em xeque. Pesquisadores nacionais e internacionais têm debatido a possibilidade de estarmos atravessando processos de desdemocratização, desconsolidação democrática ou, ainda, de erosão dos fundamentos democráticos, tanto por parte de representantes eleitos quanto de segmentos do eleitorado que rejeitam princípios básicos da convivência democrática.

Nesse contexto, torna-se urgente reconhecer que discutir diversidade sexual e de gênero é também discutir política e democracia. Não por acaso, o segundo governo de Donald Trump, iniciado em 2025, tem como uma de suas frentes mais agressivas o ataque sistemático aos direitos da população LGBTQIA+, não apenas nos Estados Unidos, mas com repercussões internacionais. Um exemplo disso foi o caso da deputada federal Erika Hilton, que teve sua documentação oficial — como passaporte e visto — emitida com a referência ao sexo biológico masculino, em um ato que escancara a postura discriminatória, violenta e estigmatizante do atual governo estadunidense.

Infelizmente, esse não é um episódio isolado. Em países como Hungria, Rússia e Uganda, onde há um distanciamento crescente dos princípios de uma democracia liberal, a homossexualidade e outras expressões da diversidade sexual são tratadas como crimes, passíveis de punições severas (Mogotsi *et al.*, 2024). Em outras nações, como Irã, Arábia Saudita, Itália, Polônia e Índia, a influência da religião sobre a organização social contribui para a permanência de violências simbólicas, institucionais e físicas contra a população LGBTQIA+ (Rivera, 2024).

Nesse sentido, têm se tornado cada vez mais frequentes manifestações públicas e mobilizações em defesa da valorização da heterossexualidade, como ocorridas nos últimos anos em países como Chile, Estados Unidos, Costa Rica, México, Espanha, França, Hungria, Áustria e Polônia.

Em vários desses contextos — como de Itália, Rússia, Canadá, Alemanha e até mesmo em municípios brasileiros — têm sido apresentadas propostas legislativas para a criação de "dias do orgulho heterossexual". Tais iniciativas revelam uma estreita relação entre a manutenção do status quo por parte de elites políticas e econômicas e os mecanismos de subalternização de grupos sociais considerados minoritários, como a população LGBTQIA+ (Ferreira e Rêses, 2023).

Essas ações, muitas vezes radicais em sua intenção simbólica, nos permitem refletir de forma mais profunda sobre que modelo de democracia queremos e porque é necessário ampliar nossa compreensão sobre como a democracia deve funcionar. Se nos apegarmos à definição mais simplista e comum de democracia como o "governo da maioria", corremos o risco de ignorar a complexidade e a diversidade que caracterizam as sociedades contemporâneas (Mouffe, 1999; Miguel, 2005; Spinner-Halev, 2006). A verdadeira democracia não pode se limitar a atender exclusivamente à maioria numérica, mas deve buscar garantir os direitos, reconhecer as especificidades e atender às necessidades de todos os grupos que compõem a sociedade, inclusive aqueles menos visíveis ou com menor representação política formal (Albreth, 2019).

POPULAÇÃO LGBTQIA+ EM PESQUISAS DE COMPORTAMENTO POLÍTICO: OBJETOS, NÃO SUJEITOS

Durand (2021) argumenta que a diversidade sexual deve ser objeto de estudo da Ciência Política por envolver relações de poder e desigualdades que, muitas vezes, se manifestam de forma transversal. Além disso, ressalta a necessidade de enfrentar a heteronormatividade, que silencia ou invisibiliza aqueles que permanecem “no armário”. O autor afirma que questões relacionadas à sexualidade e à diversidade se tornaram pautas políticas, amplamente debatidas na arena democrática, o que justifica sua inclusão no escopo deste campo do saber.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a não efetivação do reconhecimento da cidadania de pessoas LGBTQIA+ impacta diretamente sua relação com a democracia, especialmente no que diz respeito à percepção de sua legitimidade. Caso esses indivíduos não se sintam contemplados pelas ações dos Poderes Executivo e Legislativo no que tange aos direitos sociais e políticas públicas, nem protegidos adequadamente pelo Poder Judiciário, é

plausível que manifestem menor apoio ao regime democrático em comparação aos heterossexuais, envolvendo-se de maneira distinta com suas instituições e práticas.

Logo na introdução de seus artigos, Grollman (2017) e Worthen (2018) realizam uma crítica relevante aos estudos sobre comportamento político voltados à população LGBT+: a maioria das pesquisas foca em analisar percepções, atitudes e valores da sociedade em geral em relação aos LGBT+, abordando-os como objetos de estudo. Entretanto, há escassez de investigações que tratem diretamente do comportamento político dessa população, o que revela uma lacuna significativa no campo. Schnabel (2018) reforça essa crítica ao destacar que, embora variáveis como gênero, raça e classe sejam tradicionalmente reconhecidas como determinantes do comportamento político, a orientação sexual ainda é pouco explorada, apesar de influenciar significativamente as vivências e percepções sociais dos indivíduos. O autor também aponta que a maior parte dos estudos trata os LGBT+ como alvos da opinião pública, sem dar a devida atenção ao seu papel ativo como sujeitos políticos.

Ainda que existam diversas pesquisas nacionais sobre participação em movimentos sociais LGBT+, conforme apontado por Durand (2021), a produção científica que analisa o comportamento político efetivo desse público continua restrita. Apesar da ampliação de estudos sobre movimentos sociais e ativismo LGBT+ em âmbito nacional (Costa, Machado e Prado, 2008; Alves, 2017; Fachin e Jesus, 2021; Feitosa, 2021; Feitosa, Aguião e Zanoli, 2021; Boasquevisque, Palassi e Silva, 2023) e internacional (Barbosa e Mendonça, 2023; Ayoub e Stoeckl, 2024), ainda são escassas as análises voltadas à compreensão comparada de como e em que medida essas pessoas apoiam e se engajam com a democracia.

A produção científica brasileira sobre o comportamento político da população LGBT+ ainda é incipiente. No entanto, a revisão sistemática de Silva e Araújo (2023) evidencia certo crescimento dessa agenda a partir da segunda metade da década de 2000, associado, em parte, ao lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (2004). Por outro lado, no campo dos estudos sobre os movimentos sociais LGBT+, existem obras de referência que sistematizam sua história, memória e trajetória no Brasil desde meados do século XX (Trevisan, 1986; Green, 2000; Facchini e Simões, 2009; Quinalha e Green, 2014; Green et al., 2018; Quinalha, 2021; 2022).

A maioria das pesquisas identificadas trata os LGBT+ como objetos de análise, sobretudo em estudos sobre tolerância política ou polarização ideológica, conforme apontam Silva e Araújo (2023), Barrientos et al. (2024) e Bartels et al. (2024). Esses autores enfatizam a necessidade de fortalecer uma produção científica que enfoque a cultura política dos LGBT+ a partir de sua perspectiva, tomando-os como sujeitos e não apenas como alvos da opinião pública.

Exemplos de itens comumente utilizados em pesquisas nacionais e internacionais que adotam essa lógica incluem perguntas como: “Na opinião do(a) Sr(a)., os homossexuais são pessoas como quaisquer outras, pessoas que nasceram com problemas e devem ser aceitas ou pessoas com comportamento errado?” (Nishimura, 2004); ou “Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido?” (Nishimura, 2004). Outros exemplos envolvem perguntas sobre o desejo (ou não) de ter homossexuais como vizinhos (Inglehart, 1994; Ribeiro, 2010; Delgado e Bahamondes, 2022); se a homossexualidade é justificável (Inglehart, 1994; Andersen e Fetner, 2008; Adamczyk e Pitt, 2009; Silva, 2017; Navarro et al., 2019; Delgado e Bahamondes, 2022; Ortellado, Ribeiro e Zeine, 2022); se homossexuais podem concorrer a cargos públicos (Peixoto e Souza, 2019; Ribeiro e Borba, 2019; Alcântara, 2020; Casalecchi e Vieira, 2021); direito ao casamento homoafetivo (Peixoto e Souza, 2019; Lima et al., 2022); adoção de crianças por casais do mesmo sexo (Lima et al., 2022; Santos, 2021); e se “gays e lésbicas devem poder viver livremente” (Siegel, 2024); ou se devem ser autorizados a disputar cargos políticos (Ortellado, Ribeiro e Zeine, 2022).

O levantamento realizado por Barrientos et al. (2024) confirma que, no Brasil, os estudos em Ciências Sociais sobre diversidade sexual e de gênero apresentam predominância de pesquisas quantitativas voltadas à compreensão do preconceito e da tolerância em relação aos LGBTQ+, e de pesquisas qualitativas que exploram aspectos identitários e vivenciais. Tal panorama é similar ao observado em outros países da América Latina, como Argentina, Chile, Colômbia e México.

Os autores concluem sua revisão apresentando um conjunto de seis desafios que devem ser enfrentados pela pesquisa social, especialmente na agenda de investigação sobre comportamento político: [I] ampliar a realização de pesquisas quantitativas em países ainda pouco estudados, como o Brasil, com ênfase em considerar LGBTQ+ como sujeitos de pesquisa, não apenas objetos; [II] desenvolver desenhos amostrais probabilísticos, que permitam análises mais robustas do que aquelas baseadas em amostras por conveniência; [III] superar a concentração temática em violência e saúde, diversificando os objetos de estudo para outras dimensões da vida social; [IV] reconhecer os impactos da LGBTQfobia sobre pesquisadores(as) que trabalham com essa temática, promovendo avanços institucionais e científicos no reconhecimento de sua relevância; [V] realizar revisões sistemáticas mais amplas e atualizadas sobre pesquisas voltadas às populações LGBTQ+; e [VI] produzir estudos que avancem além de análises exploratórias e descritivas, buscando compreender relações causais e promover inferências analíticas mais densas.

Entre os estudos que tratam os LGBTQ+ como sujeitos, destaca-se Hunklinger (2021),

que, em uma análise comparativa, identificou diferenças nos padrões de comparecimento eleitoral entre pessoas LGBTQ+ e heterossexuais. No contexto alemão, Wurthmann (2022) constatou alta participação eleitoral de LGBTQ+, especialmente em momentos de ameaça à democracia, ainda que pouco se saiba sobre suas motivações e escolhas. Tal tendência, no entanto, é tensionada por achados no Brasil que evidenciam a existência de “gays de direita” (Villela, Giorgi e Calixto, 2022; Salgado, 2024), bem como de lideranças LGBTQ+ com posicionamentos conservadores contrários à luta por direitos, como o governador Eduardo Leite (PSDB-RS), o ex-vereador Fernando Holiday (PL-SP) e a vereadora Jessicão (PP-PR).

No que se refere à participação em atividades contestatórias, Swank (2018) aponta que, nos Estados Unidos, as grandes manifestações, como as paradas do orgulho, contam predominantemente com a presença de LGBTQ+, sendo esse grupo também mais engajado em protestos e em movimentos feministas do que seus pares heterossexuais.

O único registro de pesquisa acadêmica com dados de opinião pública em nível nacional identificado em pesquisas realizadas nas plataformas “Portal de Periódicos” e “Google Acadêmico” é uma obra organizada por Gustavo Venturi e Vilma Bokany (2011), decorrente de coleta de dados realizada junto à amostra da população no âmbito do projeto “Diversidade sexual e homofobia no Brasil - intolerância e respeito às diferenças sexuais”. Os resultados tratam de aspectos relacionados a comportamentos sociais de heterossexuais e da população LGBTQ+ diante de situações de violências e estigmatização, sem abordar aspectos de comportamento político.

Cabe registrar ainda que a ausência de investigações científicas sobre o tema desta pesquisa é perceptível também em consultas a bases de dados amplamente utilizadas por cientistas políticos em suas análises. Em consulta ao repositório do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP/UNICAMP) localizei menos de duas dezenas de bases perguntas sobre orientação sexual, identidade de gênero e/ou considerando sexo biológico para além do binarismo masculino/feminismo em um universo de 4.578 bases disponíveis, sendo que algumas dessas poucas bases continham questões problemáticas ou equivocadas - em atenção às especificidades mencionadas no Quadro 1 - com relação a confusões na classificação de características distintas em uma mesma pergunta.

Entre cerca de apenas uma dúzia de pesquisas com questões corretas, praticamente todas tratavam de *surveys* realizados em período eleitoral como pesquisas de intenção de voto, portanto sem aprofundamento de aspectos de comportamento político para além do eleitoral e as duas pesquisas sobre cultura política são restritas ao público do estado de São Paulo.

ADESÃO À DEMOCRACIA ENTRE OS BRASILEIROS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E COMPORTAMENTO POLÍTICO

O debate sobre os caminhos do desenvolvimento das democracias tem sido permeado por questionamentos sobre sua instabilidade ante a ascensão de políticos que contestam os próprios pressupostos relacionados ao regime, ainda que parcialmente, em favor de projetos políticos conservadores, populistas e/ou autoritários. As vitórias eleitorais de Donald Trump nos Estados Unidos, de Jair Bolsonaro no Brasil e de muitos presidentes da nova direita na Europa, por exemplo, contribuíram para o debate sobre a existência de crise da democracia, desdemocratização ou mesmo riscos de morte dos regimes democráticos na atualidade (Levitsky e Ziblatt, 2018; Runciman, 2018; Mounk, 2018).

Por um lado, tem-se que a democracia enfrenta riscos evidentes, inclusive de reversão ao autoritarismo em velhas e jovens democracias, tendo apoio entre a população. Por outro lado, cientistas políticos se atêm ao debate sobre a relação entre apoio democrático, legitimidade democrático e compromisso com o regime, especialmente tendo em vista que a persistência da democracia não necessariamente tem gerado condições efetivas ao aprendizado de normas e valores democráticos. Há ainda autores que afirmam que a democracia está relegada a segundo plano ante os interesses partidários, ainda que não haja consenso sobre o impacto do partidarismo (Ahmed, 2022; Bryan, 2023).

Parte dos autores que se dedicam a esse debate destacam a importante distinção entre legitimidade democrática e satisfação com a democracia (Borba e Cardoso, 2021), sendo recorrente as ideias de “democratas condicionais” (Albertus e Grossman, 2021), no sentido de manifestarem parcialmente apoio ao regime democrático, “democratas ambivalentes”, como Moisés (2008) sinalizou entre os latino-americanos que se manifestavam favoráveis a algumas medidas de apoio democrático e a outras não, e “democratas com adjetivos”, que apoiam o regime de modo abstrato mas rejeitam princípios fundamentais da democracia liberal (Schedler e Sarsfield, 2007).

A base de tal discussão remete à clássica análise do sistema político democrático definida por Easton (1965; 1975), que diferenciou as medidas de apoio dos indivíduos ao regime em apoio difuso e apoio específico, sendo o primeiro abstrato, relacionado a aspectos gerais do regime e suas instituições e o segundo de natureza avaliativa com relação às autoridades políticas, à política cotidiana e às decisões e práticas das autoridades. Em outras palavras, o apoio difuso diz respeito à democracia enquanto objeto e o que representa (o que é) e o apoio específico trata do que o regime faz.

Sob tal perspectiva, o autor destacou que o apoio difuso é passível de interpretações

multidimensionais e que tende a ser mais durável ao longo do tempo, em comparação com o apoio específico. Nesse contexto, Borba e Cardoso (2021, p. 336) afirmam que a legitimidade democrática pode ser definida como

[...] a convicção de que é certo e adequado aceitar as exigências do regime e obedecer a elas. [...] Ela também é compreendida como uma qualidade atribuída às normas e à estrutura do regime, sendo essa crença necessária para a manutenção do apoio político, especialmente nos sistemas políticos que persistem por um período considerável.

Nos últimos anos, alguns balanços analíticos se preocuparam em estabelecer quadros teóricos sobre o debate referente ao apoio democrático. Por exemplo, Magalhães (2018) se dedicou a compreender o refinamento das medidas de apoio ao regime, ao passo que König, Siewert e Ackermann (2022) investigaram detalhadamente as formas de conceituação, conceituações e métodos para coleta e análises de dados sobre o tema.

De modo geral, uma constatação recorrente no levantamento de Magalhães (2018) é de que uma tradição dos estudos sobre o assunto baseou-se na distinção clássica eastoniana das medidas de apoio ao apoiar-se em questões de surveys que mensuravam a medida difusa comparando a democracia com outros tipos de regimes e a medida específica pela avaliação dos governos e pela confiança em institucionais políticas e sociais.

Especialmente por meio de discussões empreendidas por Norris (1999; 2011) e Dalton (2004), a perspectiva clássica passou a ser confrontada por outras interpretações, baseada componentes ou dimensões do regime democrático: os princípios, a performance, as instituições, a comunidade política e as autoridades políticas. Sob tal argumentação, a primeira autora desenvolveu seu conceito de cidadãos críticos, ao passo que o segundo autor definiu os cidadãos assertivos, ambos considerando que o posicionamento dos indivíduos com relação à democracia poderia basear em julgamentos negativos ou manifestações de insatisfação com elementos parciais e, ainda assim, essas pessoas continuarem apoiando o regime.

Em contraposição, Booth e Seligson (2009) mobilizaram o conceito de legitimidade democrática como elemento analítico distinto do apoio político ao regime, multidimensional e que deve considerar, além dos aspectos apontados no parágrafo anterior, também a relevância do apoio ao governo local. Para os autores, a legitimidade moldaria o comportamento políticos dos indivíduos e este poderia, de modo efetivo, reforçar ou fragilizar a democracia. Contudo, o principal avanço da publicação foi a utilização de medidas que escapam à desejabilidade social existente em questões sobre aspectos democráticos, abordando-os de modo indireto, explorado em pesquisas que trataram da legitimidade como sistema de crenças (Borba e Cardoso, 2021).

Por outro lado, a pesquisa de Ferrín e Kriesi (2016), replicada no Brasil por Borba et al. (2023), explora a perspectiva de múltiplas interpretações dos cidadãos sobre a democracia a partir de visões: liberal, baseada em aspectos eleitorais (competição e importância de eleições

livres e justas) e liberais (princípios e direitos civis dos cidadãos com limitação do poder do Estado); de justiça social (enfrentamento às desigualdades sociais e de renda); e direta (participação dos cidadãos em assuntos públicos).

Um caminho analítico distinto do uso de dados de opinião pública para as análises é a realização de experimentos, como estudos de Svulik (2020) e Graham e Svulik (2020) que investigaram o apoio dos cidadãos ao regime democrático a partir de situações reais e não de respostas socialmente desejáveis, capazes de captar a relação dos respondentes com a democracia e alternativas populistas em contextos de polarização e recessão do regime. Um dos principais achados do autor foi a constatação de que eleitores partidários ou ideológicos extremos renunciariam aos princípios democráticos para que seu grupo/partido vencesse, enquanto eleitores moderados ou centristas são menos dispostos a ceder em seus princípios democráticos (Svulik, 2019).

Entre variáveis tradicionais de surveys sobre comparação da democracia com outros regimes e avaliação de formas não democráticas, por exemplo, e indicadores nacionais ou institucionais, persistiriam dois aspectos relacionados entre si: primeiro, as modificações que os regimes democráticos vêm sofrendo ao longo do tempo, marcadas por sua ampliação quando da Terceira Onda (Huntington, 1994) e de avanços como a Onda Rosa na América Latina (Levitsky e Roberts, 2011; Levitsky et al., 2016) até as recessões e avanços de presidentes eleitos com projetos políticos conversadores e antidemocráticos; segundo, a falta de clareza na conceituação do que os cidadãos entendem por democracia.

Com relação ao segundo ponto, Magalhães (2018) afirmou que não havia nas investigações que analisou quaisquer controles sobre os significados da democracia para os respondentes, aos moldes daquilo que é abordado no Brasil, por exemplo, por Moisés (2010) e Dechiche (2021). Em sua análise, König, Siewert e Ackermann (2022) reforçam tal constatação e argumentam, com base em análise de cerca de uma centena de pesquisas, que poucas se dedicam a compreender percepções subjetivas do que é a democracia por meio de questões discursivas, que estão além das perguntas recorrentes em pesquisas de opinião pública com alternativas e, não raras, menções ao próprio termo “democracia” em seu enunciado e/ou respostas pré-definidas.

Chapman et al. (2023) corroboram tal preocupação ao afirmar que as pesquisas costumam inquirir os respondentes sobre seu apoio à democracia postulando, de maneira implícita, que todos entendem seu conceito e/ou partilham concepções iguais e precisas, um debate que não raras vezes é ignorado. Os autores, contudo, argumentam que esse limite pode ser enfrentado com análises complexificadas de dados que estão disponíveis, a fim de produzir conhecimento sobre o assunto, afirmando que é importante que os cidadãos tomem contato com

o conceito de democracia para que conheçam-no e desenvolvam o apoio ao regime, rejeitando alternativas autoritárias, o que se revela um desafio diante do fato de que as experiências dos indivíduos com o regime são múltiplas e variam conforme as realidades nacionais e especificidades internas desses países. Para os autores, é mais comum que os indivíduos percebam a democracia em termos eleitorais e liberais do que redistributivos, já que os dois primeiros aspectos são procedimentais e o último tem relação com o resultado do processo democrático.

Já Cinar e Bulbul (2022) destacam que a despeito da maioria das pessoas julgar a democracia como forma ideal de governo em todo o mundo, não consenso sobre seu significado e o que esse regime deveria implicar, mas, pelo contrário, as conceptualizações sobre o termo são amplamente divergentes.

Em termos operacionais, considerando os limites e as potencialidades do uso de questões objetivas para tratar do apoio manifestado pelos indivíduos à democracia, destacamos as operacionalizações de alguns estudos contemporâneos exemplares na articulação entre teoria e debate contextual e empírico a partir de dados de opinião pública.

Em discussão sobre ameaças majoritárias à democracia liberal, Grossman et al. (2021) expõem autocratas, militantes e majoritários como grupos dissonantes aos apoiadores do regime. Os primeiros preferem regimes não democráticos, os segundos são dispostos a abdicar conscientemente de princípios democráticos em favor de objetivos partidários e os terceiros concedem licença aos eleitos para decidirem como governar, ainda que venham a ferir preceitos democráticos. Para os autores, tratar-se-iam de três grupos que não puniriam tomadas de poder, por exemplo, tanto que em seus estudos submeteram os respondentes a cenários em que havia situações de tomada de poder, nomeações ao Poder Judiciário e atribuição pelo governador de controle individual do orçamento público [A] sem especificação de atores ou [B] por copartidários, portanto tratando-se de situações/questões distintas daquelas recorrentes em pesquisas de opinião pública.

Analisando perfis de eleitores que se relacionam de modo negativo com a democracia, Albertus e Grossman (2021) afirmam que as democracias atualmente enfrentam risco de erosão interna, contexto a partir do qual definem democratas condicionais, autoritários e democratas populistas: democratas condicionais seriam aqueles dispostos a aceitar ações antidemocráticas por parte dos eleitos; autoritários reconhecem atitudes antidemocráticas e ainda assim apoiam-nas, independentemente do eleito partilhar de sua ideologia; e democratas populistas que aceitam ataques a determinadas instituições políticas ou grupos como parte da relação entre cidadãos e um governo popular. Por meio de inquéritos aos quais os respondentes eram submetidos a duas diferentes vinhetas, eram colocadas situações para entender a aceitação a

burocratas desleais, separando os indivíduos entre aqueles que votaram no presidente em exercício dos demais: [1] funcionários que se recusam a implementar política que prejudicarão o meio ambiente podem ser destituídos pelo mandatário e [2] promotores são instruídos a investigar o adversário político do presidente por corrupção e são substituídos por legalistas por se recusarem. Para ambas os cenários possíveis eram [A] presidente alterar legislação que proíbe a demissão dos funcionários e destituí-los de seus cargos, [B] presidente ignorar a lei existente e demitir os funcionários e [C] presidente ignorar norma vigente de respeitar experiência e conhecimento de funcionários públicos no exercício de sua função e demití-los. Os resultados apontaram que quem hipoteticamente votou no presidente eleito tinha mais chance de apoiar suas ações.

Tai, Hu e Solt (2022) replicaram e ampliaram testes realizados anteriormente por Claassen (2020) em investigação que buscou identificar medidas de apoio público à democracia e discutiu metodologicamente como lidar com imprecisões ou incertezas de medição. De modo geral, os autores testaram medidas como preferência pela democracia em comparação com outros regimes, satisfação com seu funcionamento, valorização da democracia eleitoral, da liberdade de expressão e de associação, o pluralismo de opiniões e a existência de vínculos partidários, ao que concluíram que [I] a combinação entre expressivo apoio difuso e reduzido apoio específico geraria expectativa por “mais democracia”, [II] aqueles que preferem a democracia à outros regimes e valorizam liberdades de expressão e associação e o pluralismo tendem a valorizar a democracia quando esta estiver ameaçada e [III] para determinados grupos, o partidarismo pode determinar, em alguma medida, seu posicionamento com relação à democracia.

Por sua vez, Ahmed (2022) considerou especialmente o impacto do partidarismo sobre as atitudes políticas de estadunidenses com vistas a compreender sua relação com transgressões democráticas, teoricamente múltiplas, como violações da lei, descumprimento de normas democráticas, afastamento dos ideais democráticos e relações de poder nas instituições políticas características do regime. No artigo, o autor considera violações da lei aquilo que fere o Estado de Direito, a Constituição e regramentos de instituições democráticas, como violência, falsificação de votos e não reconhecimento de resultado eleitoral legítimo e interferência política em investigações. Como violações de normas democráticas são tratados os desvios como desrespeito a decisões judiciais e ações que venham a ferir as tradições ou expectativas informais que conformam simbolicamente o regime. Já as violações de ideais democráticos se referem à condução prática (funcionamento) do regime, sendo transgressões a relutância em fazer concessões, a restrição de liberdades civis, a tolerância à corrupção e a discursos e articulações conspiratórias. Por fim, com relação às mudanças nas relações de poder em

instituições políticas, são consideradas transgressões as mudanças na legislação em favor da consolidação de elites políticas, como apoio ao acesso ao voto, expansão dos poderes do presidente e abandono de limite de mandato e ainda a abolição ou fechamento do Legislativo.

Em sua análise, Ahmed (2022) identificou que o quadro teórico destaca especialmente o fechamento do Congresso como principal transgressão democrática, seguido por ações de violência política, da deferência ao Judiciário e da rejeição de derrotas eleitorais, com menor impacto de outras medidas: pensamento conspiratório, corrupção no financiamento de campanhas, restrição ao voto, impeachment, abolição de limites de mandato, restrições à liberdade de imprensa, ignorar anulações de vetos e liderança não agregadora, por exemplo.

Cinar e Bulbul (2022) analisaram a democracia sob as perspectivas liberal, redistributiva e autoritária. Sua compreensão liberal baseia-se no pluralismo expresso na noção de poliarquia (Dahl, 1997), de que deve haver garantias institucionais à contestação e participação para prevenir governos repressivos e a tirania da maioria, tendo a igualdade política e uma sociedade inclusiva em termos de oportunidades de todos influenciarem o processo político. Para tanto, foram analisadas questões sobre direitos iguais para mulheres e homens, proteção da liberdade das pessoas contra a repressão por meio de direitos civis e escolha de líderes por eleições livres.

A perspectiva redistributiva avança da igualdade política às condições econômicas e injustiças que precisam ser enfrentadas, sendo forjada na noção substantiva de que deve haver igualdade política e econômica para que todos possam participação dos processos políticos e influenciar seus resultados sociais. As questões sobre tal perspectiva dizem respeito à tributação de riqueza pelo governo para subsidiar os pobres, o recebimento de auxílio desemprego pago pelo Estado e a busca de igualdade de renda por parte do governo.

Por fim, a conceptualização autoritária remete à manifestação de apoio a líderes que devem ser obedecidos sem contestação para a manutenção da ordem, o que foi mensurado por questões que reportam ao Exército assumir o governo quando ele for incompetente, à interpretação das leis por autoridades religiosas e às pessoas obedecerem aos seus governantes.

De maneira analítica que dialoga com a abordagem de Cinar e Bulbul (2022), para medir e mapear a adesão à democracia, Chapman et al. (2023) utilizaram [I] grau de entendimento de que a democracia é um bom sistema de governo para seu país como medida de apoio difuso; [II] importância de viver em um país governado de maneira democrática para apoio específico; [III] questões sobre características desejáveis e/ou essenciais ao regime para identificar princípios democráticos (eleições livres, direitos civis, igualdade de gênero, redistribuição de renda a partir de taxaço de riquezas e ajuda aos desempregados). Os autores separaram as variáveis de características também em indicadores de democracia eleitoral (eleições livres), democracia liberal (direitos civis e igualdade de gênero) e democracia redistributiva (taxaço

de riquezas e ajuda aos desempregados). Ademais, testaram o entendimento de que intervenções religiosas ou militares seriam democráticas, somando-os em um indicador de conceituação antidemocrática.

De modo específico, Bryan (2023) buscou compreender como o interesse partidário afeta a conceptualização de democracia dos cidadãos, buscando dialogar com achados anteriores que apontaram, por exemplo, a precedência do partidarismo sobre valores democráticos, o apoio a medidas de responsabilização horizontal e vertical e a propensão a apoiar ações antidemocráticas caso beneficiasse seu partido, especialmente estando no poder. Para operacionalizar seu estudo, que chegou a cobrir 74 países analisados, o autor utilizou as seguintes medidas de apoio ao regime: [I] apoio explícito mensurado por questão que solicitava [Ia] avaliação de viver em um sistema político democrático como muito bom, bom, ruim ou muito ruim e pela [Ib] clássica pergunta churchilliana; [II] rejeição a ações antidemocráticas por questões sobre apoio a alternativas autocráticas, a [IIa] avaliação sobre ter um líder forte e não ter que se preocupar com o parlamento e as eleições, [IIb] avaliação sobre viver com o Exército governando e [IIc] preferência geral por autoridade pela escolha de característica de manter a ordem na nação em detrimento de dar voz às pessoas em decisões governamentais importantes, combater o aumento dos preços e proteger a liberdade de expressão; e [III] conceituação da democracia por contraposição entre característica liberal (direitos civis protegem os cidadãos da opressão do Estado) e iliberal (as pessoas obedecem os governantes). Os resultados do autor apontam que não necessariamente o partido que está no poder impacta o apoio abstrato dos cidadãos à democracia, mas aqueles que têm alguma relação com o partido que ocupa o poder estão mais suscetíveis a apoiar ações antidemocráticas que o presidente possa vir a desempenhar, como aumentar seu próprio poder em relação ao Legislativo.

Concluindo esse quadro teórico de produções recentes sobre o tema, destaco a pesquisa de Borba et al. (2023) sobre visões da democracia, que dialoga com o argumento de que os cidadãos podem ter maior ou menor comprometimento com o regime se considerarmos distintas concepções, quais sejam: social, liberal, participativa e iliberal. As visões foram mensuradas majoritariamente a partir de bateria de questões sobre concordância com o quanto determinadas características são fundamentais à democracia: para a visão social, questões sobre governo tributar os ricos para distribuir aos pobres e recebimento de seguro-desemprego; para a visão liberal, consideraram a escolha de líderes em eleições livres, a existência de direitos que protegem a liberdade individual contra a opressão e direitos iguais para mulheres e homens; para a visão participativa, aumento da participação dos cidadãos nas decisões tomadas em seu trabalho e na comunidade e também nas decisões governamentais importantes; e visão iliberal, sobre como as Forças Armadas assumem o governo quando ele for incompetente. Como

resultados, os autores identificaram que tais visões são estáveis ao longo do tempo no Brasil, a despeito da conjuntura, e que extremistas ideológicos são mais liberais do que os moderados.

Ante ao exposto, tem-se um quadro teórico recente que aponta múltiplas perspectivas e possibilidades analíticas relacionadas à dificuldade de estabelecimento de padrões de questões e formas de mensuração e estabelecimento de tipologias, bem como a necessidade de explorar contextos democráticos em que o regime se encontra instável ou em risco diante de ameaças autocráticas. Contudo, todo esse debate não tem tocado um ponto central do conservadorismo que ameaça a persistência democrática, que é a população LGBT+.

ADESÃO À DEMOCRACIA E ORIENTAÇÃO SEXUAL: ANÁLISE EXPLORATÓRIA

O banco de dados intitulado “Visões de democracia” é parte de uma pesquisa ampla conduzida por um conjunto de pesquisadores de diferentes universidades e unidades da federação nacionais com financiamento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), intitulado “Representação e Legitimidade Democrática”. O questionário foi aplicado entre os dias 01 e 12 de fevereiro de 2025, respondido por 1504 brasileiros por meio de entrevistas presenciais domiciliares em 101 municípios, respeitando cotas proporcionais ao universo da população nacional em função das seguintes variáveis: sexo biológico, idade, escolaridade, ramo de atividade e raça/cor. O erro amostral da pesquisa é de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra, considerando o nível de confiança estimado em 95%.

Em um segundo momento, após a coleta de dados, foi realizada a ponderação dos mesmos para evitar sobre-representação de grupos, de modo a restabelecer o perfil dos respondentes, baseados em: região, sexo biológico, idade, instrução (escolaridade), ramo de atividade, raça/cor e voto para presidente no segundo turno nas eleições de 2022.

Em tal questionário, a pergunta sobre sexo biológico incluiu apenas as alternativas masculino e feminino e não foi incluída questão sobre identidade de gênero. Quanto à orientação sexual, a redação era a seguinte: “Agora gostaria que o(a) sr(a) indicasse qual é a sua orientação sexual: (VOCÊ DEVE MARCAR SOMENTE UMA RESPOSTA)”⁵ com as seguintes categorias de respostas: “Heterossexual (interesse sexual ou amoroso por indivíduos do sexo oposto que o meu)”; “Homossexual (interesse sexual ou amoroso por indivíduos do

⁵ Redação original do questionário, com letras em caixa alta.

mesmo sexo que o meu)”; “Bissexual (interesse sexual ou amoroso por indivíduos de ambos os sexos)”; “Assexual (ausência de interesse sexual ou amoroso por outros indivíduos)”; “Pansexual (interesse sexual ou amoroso entre indivíduos, independentemente do sexo ou identidade de gênero, ou por todos os gêneros); “Não sei” e “Prefiro não responder”.

Este primeiro resultado aponta que 81% dos brasileiros se autodeclaram heterossexuais e outros 19% não se alinham a tal definição, dentre os quais 6,9% indicaram caracterização no âmbito da diversidade sexual de orientação e outros 12,1% não responderam à questão ou indicaram não saber como se percebem.

Tabela 1. Orientação sexual dos brasileiros

Categoria	n	%
Heterossexual	1218	81,0
Homossexual	47	3,1
Bissexual	44	2,9
Assexual	6	0,4
Pansexual	7	0,5
Não sei	82	5,4
Prefiro não responder	100	6,7
Total	1504	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados "Visões de democracia" (2025).

Ao olhar esses percentuais, não se sabe, por um lado, se estão próximos ou não da parcela da população nacional de LGBT+. Dados de um levantamento sobre homossexuais e bissexuais pelo IBGE em 2019 estimaram que cerca de 2,9 milhões de brasileiros (1,8% da população nacional) se enquadrariam nesses perfis de orientação sexual, excluídos em relação a outros grupos, como trans, não-binários e intersexos, por exemplo (Barros, 2022). Por outro lado, dados coletados pelo Instituto DataFolha em 2018, também amostrais, apontaram a existência de cerca de 2% de transgêneros e não binários entre os brasileiros, distribuídos no território (Spizzirri *et al.*, 2021).

Ainda que não sejam suficientes para determinar a condução do debate de modo expressivo ou completo, é importante problematizar e debater cientificamente acerca da variável disponível, especialmente diante do argumento de Currah (2011), que enfatiza que a orientação sexual é uma questão política e deve ser assim pesquisada, pois a pseudo-neutralidade é heteronormativa e universalizante, argumento com o qual concordam Goerch *et al.* (2022).

Uma expectativa é de que parte desse último grupo não tenha indicado uma alternativa de resposta por conta de incômodo com a redação da classificação, que desconsidera, por exemplo, a maneira como pessoas transgênero se percebem e respondem a questionamentos.

Contudo, trata-se da mesma redação – inclusive explicações entre parênteses – decorrentes de discussões de grupo de trabalho sobre o tema organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e documentado por Cobo *et al.* (2024), mais simples do que aquela constante em formulário padrão da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (2025, on-line), “[...] construído para uniformizar a obtenção de dados sobre pessoas LGBTQIA+, garantindo, assim, uma coleta de dados de maneira ética e respeitosa”.

Um ponto de atenção, nesse sentido, foi pensar metodologicamente como lidar com “não sei” e “prefiro não responder”. Inicialmente, um questionamento na leitura descritiva dos dados foi se remeteriam a indivíduos não heterossexuais, ainda que não tivessem se identificado com as categorias de respostas ou se, de fato, seriam distintos de homossexuais (lésbicas e gays), bissexuais, assexuais e pansexuais (LGBAP).

Nesse sentido, este estudo exploratório buscou responder duas questões: Há diferenças entre comportamentos políticos de pessoas que se autodeclaram heterossexuais dos demais com relação à adesão à democracia em múltiplas medidas? Pessoas que não souberam ou optaram por não responder sua orientação sexual podem ser incluídas em análises sobre LGBAPs ou se trata de perfis distintos?

Para responder a ambas as perguntas, realizei testes para calcular a existência de diferenças significativas entre as variações de respostas dos grupos e, em casos de identificação dessas disparidades, um segundo teste para identificar seu sentido⁶. Na tabela a seguir apresento o conjunto de medidas de adesão à democracia testadas para ambas as comparações entre grupos: [I] heterossexuais *versus* LGBAP (excluindo as “não respostas” efetivas) e [II] heterossexuais *versus* não heterossexuais (LGBAP + quem assinalou “não sei” + quem assinalou “prefiro não responder”).

Os dados apresentados na Tabela 2 oferecem distintos resultados quanto ao teste de Kruskal-Wallis, relevantes ao debate em curso, que oferecem condições de responder às perguntas expostas anteriormente. Trata-se de análises de diferenças de médias entre aspectos considerados elementos relevantes ao debate em curso, de modo que as redações de todas as variáveis relacionadas com orientação sexual nos testes decorrem de medidas de atribuição de

⁶ O teste de Kruskal-Wallis é utilizado para verificar se três ou mais amostras independentes provêm da mesma distribuição. Ele é uma alternativa não paramétrica à análise de variância (ANOVA) e pode ser usado quando os dados não atendem aos pressupostos da ANOVA, como a normalidade dos resíduos. O teste de Kruskal-Wallis calcula a estatística H, que é aproximadamente distribuída como uma variável aleatória qui-quadrada com g-1 graus de liberdade, onde g é o número de grupos. O teste de Dunn é um teste não paramétrico utilizado após o teste de Kruskal-Wallis para identificar quais pares de grupos são significativamente diferentes. Ele é uma alternativa não paramétrica aos testes de Tukey, Newman-Keuls e Scheffé, que são utilizados após a ANOVA. O teste de Dunn é mais conservador do que o teste de Tukey, mas é mais apropriado quando os dados não atendem aos pressupostos da ANOVA (Siegel e Castellan, 1988; Spurrier, 2003).

pontuações entre 0 e 10⁷

Em primeiro lugar, comparando a apresentação de células com resultados destacados em cinza, tem-se que as medidas para as quais há distintas manifestações entre heterossexuais e os demais grupos (LGBAP na coluna I e não heterossexuais na coluna II) são relativamente expressivas, já que para oito e quinze variáveis, respectivamente, há distinções significativas, ou seja, para aproximadamente 19% e 36% das medidas analisadas, o que não são resultados desprezíveis em termos de comportamento político, especialmente quando se trata de debate ainda não desenvolvido no Brasil.

Ademais, verifica-se que apenas três aspectos obtiveram resultados significativos para os dois tipos de modelos testados, o que indica que “não sei” e “prefiro não responder” não são semelhantes ou próximos aos perfis LGBAP, pois modificam os resultados dos testes de Kruskal-Wallis.

Assim, tendo em vista que é importante considerar para análises mais sofisticadas as manifestações daqueles que se apresentaram com orientação sexual não heterossexual de maneira evidente, considero nas análises os indivíduos LGBAP em comparação com heterossexuais (coluna I), de modo que aqueles que manifestaram as alternativas “não sei” e “prefiro não responder” na questão sobre orientação sexual são considerados como *missings* (casos excluídos ou perdidos) nas análises que seguem.

Tabela 2. Resultados do teste de Kruskal-Wallis para diferenças de relação com a democracia entre heterossexuais versus [I] LGBAP e [II] não heterossexuais

Importância de questões para a democracia (adesão normativa)	- I -	- II -
Que as eleições nacionais sejam livres e justas	0,54053	0,22545
Que os eleitores discutam política com pessoas que conhecem antes de decidir como votar	0,55690	0,13276
Que os diferentes partidos políticos ofereçam propostas e projetos diferentes, dando aos eleitores opções claras para escolherem	0,61156	0,01507
Que os partidos de oposição sejam livres para criticar o governo	0,46308	0,06928

[...]

⁷ Para medidas do bloco “Importância de questões para a democracia” é “Agora vou ler algumas questões relacionadas a democracia em geral e gostaria que nos dissesse o quanto acredita que cada uma delas é importante. Considere uma escala de 0 a 10, onde 0 significa que não é importante e 10 que é extremamente importante para a democracia em geral”; para medidas do bloco “Funcionamento da democracia no Brasil” é “Agora, vou ler algumas afirmações sobre como a democracia está funcionando no Brasil atualmente e gostaria que me dissesse, considerando uma escala de 0 a 10, onde 0 significa que discorda totalmente e 10 que concorda totalmente com cada uma delas”; quanto ao bloco “Temas debatidos pela sociedade brasileira”, as quatro primeiras temáticas têm redação “Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. O(A) Sr.(a) poderia me dizer em que grau concorda ou discorda, em uma escala de 0 (discorda totalmente) a 10 (concorda totalmente), com as seguintes propostas” e as duas últimas como “Falando novamente sobre alguns temas debatidos na sociedade brasileira, o (a) Sr.(a) poderia me dizer em que grau concorda ou discorda, em uma escala de 0 (discorda totalmente) a 10 (concorda totalmente), com as seguintes questões:”; e, por fim, a pergunta sobre autopoicionamento ideológico apresenta a clássica redação “Agora, para mudar de assunto. Hoje em dia, quando se conversa sobre tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. Nesse cartão há uma escala, de 0 a 10, na qual o número 0 significa “esquerda” e o 10 significa “direita”. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) sr./sra., onde o(a) sr.(a) se situa nesta escala?”.

[...]		
Que a mídia seja livre para criticar o governo	0,70829	0,01966
Que a mídia forneça aos cidadãos informações confiáveis para julgar o governo	0,15718	0,54407
Que os direitos de grupos minoritários sejam protegidos	0,00301	0,22746
Que os cidadãos tenham a palavra final sobre as questões políticas mais importantes, votando diretamente em plebiscitos e referendos	0,11886	0,91078
Que os tribunais tratem todos da mesma forma	0,61358	0,40111
Que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade, praticando ilegalidades	0,48722	0,11695
Que os partidos governistas sejam punidos nas eleições quando fizeram um trabalho ruim	0,98154	0,00186
Que o governo proteja todos os cidadãos contra a pobreza	0,68869	0,82080
Que o governo explique suas decisões aos eleitores	0,24885	0,20044
Que a maioria consiga o que quer, mesmo que os direitos de algumas minorias sejam restringidos	0,55292	0,00615
Que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens	0,92239	0,91637
Que o governo tribute os ricos e ajude os pobres	0,28262	0,00205
Que todos tenham as necessidades básicas atendidas, como comida, roupas e abrigo	0,69032	0,20957
Que o governo reduza as diferenças de renda e riqueza	0,32089	0,51479
Que qualquer lei possa ser alterada se houver uma maioria a favor	0,24658	0,22829
Que a minoria aceite a vontade da maioria em todas as circunstâncias	0,56771	0,16003
Que o governo use a violência para impor a ordem pública	0,37846	0,00055
Funcionamento da democracia no Brasil (adesão avaliativa)	- I -	- II -
As eleições nacionais no Brasil são livres e justas	0,08561	0,00046
Os eleitores no Brasil discutem política com pessoas que conhecem antes de decidir como votar	0,29681	0,12662
Diferentes partidos políticos no Brasil oferecem propostas e projetos diferentes, dando aos eleitores opções claras para escolherem	0,65607	0,18864
Os partidos de oposição no Brasil são livres para criticar o governo	0,09738	0,15590
A mídia no Brasil é livre para criticar o governo	0,04525	0,03977
A mídia no Brasil fornece aos cidadãos informações confiáveis para julgar o governo	0,55236	0,02702
Os direitos de grupos minoritários no Brasil são protegidos	0,47734	0,05642
Os cidadãos no Brasil têm a palavra final sobre as questões políticas mais importantes, votando diretamente em plebiscitos e referendos	0,23058	0,00754
Os tribunais no Brasil tratam todos da mesma forma	0,28792	0,02140
Os partidos governistas no Brasil são punidos pelos eleitores nas eleições quando fazem um trabalho ruim	0,89044	0,72893
O governo no Brasil protege todos os cidadãos contra a pobreza	0,10092	0,00084
O governo no Brasil explica suas decisões aos eleitores	0,26311	0,02379
O governo no Brasil toma medidas para reduzir as diferenças de renda e riqueza	0,32226	0,04270
Se a Câmara ou o Senado atrapalharem o trabalho do governo, eles devem ser ignorados	0,28748	0,06989
Temas debatidos pela sociedade brasileira e autopoicionamento ideológico (conservadorismo)	- I -	- II -
Redução da maioridade penal	0,00149	0,00010
Pena de morte	0,66680	0,51762
Liberação do uso de drogas	0,00003	0,05220
Proibição de venda de armas de fogo	0,03773	0,54519
Casamento civil de pessoas do mesmo sexo	0,00000	0,00182
A decisão sobre fazer ou não um aborto deve ser tomada exclusivamente pela mulher	0,00074	0,42365
Autopoicionamento no espectro ideológico	- I -	- II -
Posicionamento na escala esquerda-direita	0,01078	0,21696

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados "Visões de democracia" (2025).

Isto posto, cabe uma terceira pergunta: O que significam os resultados da análise de

diferença de manifestação de comportamento político apresentada na Tabela 2? A resposta a esta pergunta oferece dois importantes achados à pesquisa, sendo que o primeiro diz respeito ao fato de que para 81% das variáveis testadas não há diferenciação estatisticamente significativa entre perspectivas de heterossexuais e LGBAP no Brasil. De modo mais direto, são resultados que apontam que, de modo comparativo, em se tratando de medidas de adesão normativa e avaliativa à democracia no país identificou-se homogeneidade nas manifestações de apoio por ambos os públicos, com apenas uma distinção em bateria sobre importância de questões para o regime e outra no bloco de avaliação do seu funcionamento no país.

Por outro lado, ao analisarmos como os brasileiros se posicionam diante de elementos que remetem ao debate do conservadorismo, verifica-se o contrário: a orientação sexual é fator distintivo das manifestações médias desses indivíduos com relação ao seu autoposicionamento ideológico e a temas relacionados às principais pautas conservadoras no contexto nacional, de segurança pública e de costumes/moralidade.

O segundo achado relevante diz respeito à interpretação das disparidades identificadas nos testes. Os resultados do teste de Dunn para as diferenças significativas entre heterossexuais e LGBAP são expostos na Tabela 3.

Tabela 3. Resultados do teste de Dunn para diferenças de relação com a democracia entre heterossexuais *versus* LGBAP

Importância de questões para a democracia (adesão normativa)	Z
Que os direitos de grupos minoritários sejam protegidos	-2,9672
Funcionamento da democracia no Brasil (adesão avaliativa)	Z
A mídia no Brasil é livre para criticar o governo	-2,0023
Temas debatidos pela sociedade brasileira e autoposicionamento ideológico (conservadorismo)	Z
Redução da maioria penal	3,1759
Liberação do uso de drogas	-4,1666
Proibição de venda de armas de fogo	-2,0778
Casamento civil de pessoas do mesmo sexo	-8,5476
A decisão sobre fazer ou não um aborto deve ser tomada exclusivamente pela mulher	-3,3755
Autoposicionamento no espectro ideológico	Z
Posicionamento na escala esquerda-direita	2,5490

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados "Visões de democracia" (2025).

Os valores acompanhados de sinais negativos indicam que pessoas LGBAP responderam de modo mais adensado no sentido inverso do enunciado e valores positivos sinalizam que respostas de heterossexuais são mais concentradas no mesmo sentido do enunciado. Assim, os resultados demonstram que:

- LGBAP tendem a manifestar maior apoio à perspectiva abstrata de que, em um regime democrático, os direitos de distintos grupos minorizados em seu acesso a direitos devem ser garantidos, aos moldes do que assevera a teoria multiculturalista;
- Em sentido prático, também são os LGBAPs que atribuíram pontuações mais elevadas à

afirmação de os meios de comunicação têm liberdade para estabelecer críticas ao governo no país, o que remete a uma avaliação positiva da liberdade de expressão;

- Na comparação de posicionamentos sobre temas moralmente e politicamente sensíveis, observa-se um padrão claro de maior conservadorismo entre heterossexuais, enquanto pessoas LGBAP demonstraram posturas mais progressistas, uma vez que o resultado positivo demonstra que heterossexuais são mais favoráveis à redução da maioria penal, enquanto LGBAPs concordam mais com as pautas de liberação do uso de drogas, de proibição de venda de armas de fogo, de que cabe à mulher decidir sobre realizar ou não um aborto e, de modo mais específico e direto, quanto ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo; e
- No que se refere ao autopoicionamento ideológico, à esquerda se concentrariam mais as pessoas LGBAPs do que à direita, com prevalência de heterossexuais.

Avançando na exploração dos dados, considerando a proposta mais exigente de Ferrín e Kriesi (2016) sobre visões de democracia, que busca classificar o apoio dos indivíduos ao regime democrático a partir de manifestações de adesão máxima às suas características abstratas, tem-se a quarta e última pergunta que esta investigação busca responder: Diante de teste exigente como relação à adesão ao regime democrático, há diferenciação entre heterossexuais e LGBAP brasileiros?

Tal questionamento visou dialogar com o constructo teórico que remete à perspectiva de que LGBT+ têm relação mais delicada com a democracia por conta dos múltiplos atravessamentos que conformam suas vivências, como preconceito, estigmatização, violências e dificuldade de acesso a oportunidades e a direitos sociais, contexto potencializado pelo crescimento expressivo do conservadorismo no país nos últimos anos.

Para tanto, adotamos a proposta classificatória elaborada por Ribeiro e Rocha (2025, *mimeo*) sobre visões de democracia para orientação da coletânea que objetiva explorar o banco de dados “Visões de democracia” em diálogo com o modelo original de Ferrín e Kriesi (2016), com título provisório “*Democratic values under stress: Brazilian conceptions and evaluations of democracy*”. Nesse sentido, inicialmente os pesquisadores brasileiros selecionaram as variáveis a serem consideradas a partir do bloco de questões sobre a importância de questões para a democracia, que mensurou a adesão normativa dos cidadãos ao regime.

O relatório técnico de Ribeiro e Rocha (2025) considera dezesseis itens da bateria de variáveis mencionada no parágrafo anterior, que primeiramente foram recodificados de modo que fosse considerado democrata apenas aquele que tenha afirmado que considera que determinado aspecto/característica é extremamente importante para a democracia em geral (posição 10 da escala entre 0 e 10 pontos).

Na sequência, foram estabelecidas as definições do que constituiria as visões de democracia minimalista e maximalista. A primeira, relacionada ao modelo liberal, reúne seis aspectos relacionados à igualdade perante a lei, *accountability* horizontal, proteção de minorias, liberdade de imprensa e liberdade de expressão. A segunda, relacionada a aspectos eleitorais, trata de realização de eleições livres e justas, *accountability* vertical, competição e liberdade de oposição. A pertinência da composição dessas visões foi confirmada por análise de confiabilidade (Alpha de Cronbach) e ajuste de estrutura hierárquica aos dados.

Adicionalmente, essas visões foram adensadas com atitudes sociais e participativas. O primeiro item trata de proteção social, equidade econômica e bem-estar básico, enquanto o segundo se refere à variável sobre democracia direta.

Quadro 2. Aspectos componentes das visões de democracia entre os brasileiros

Visão minimalista
Que os tribunais tratem todos da mesma forma
Que os tribunais sejam capazes de impedir o governo de agir além de sua autoridade, praticando ilegalidades
Que os direitos de grupos minoritários sejam protegidos
Que a mídia seja livre para criticar o governo
Que a mídia forneça aos cidadãos informações confiáveis para julgar o governo
Que os eleitores discutam política com pessoas que conhecem antes de decidir como votar
Visão maximalista
Que as eleições nacionais sejam livres e justas
Que o governo explique suas decisões aos eleitores
Que os partidos governistas sejam punidos nas eleições quando fizeram um trabalho ruim
Que os diferentes partidos políticos ofereçam propostas e projetos diferentes, dando aos eleitores opções claras para escolherem
Que os partidos de oposição sejam livres para criticar o governo
Atitudes sociais
Que o governo proteja todos os cidadãos contra a pobreza
Que o governo reduza as diferenças de renda e riqueza
Que o governo tribute os ricos e ajude os pobres
Que todos tenham as necessidades básicas atendidas, como comida, roupas e abrigo
Atitudes participativas
Que os cidadãos tenham a palavra final sobre as questões políticas mais importantes, votando diretamente em plebiscitos e referendos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Ribeiro e Rocha (2025).

Diante de tal categorização, foram geradas nove categorias de visões, considerando não democratas como aqueles que não manifestaram nota máxima para as variáveis incluídas na classificação, minimalistas e maximalistas “puros” aqueles que atribuíram 10 apenas para as variáveis liberais e eleitorais, respectivamente, e com perfis “combinados” aqueles que também responderam serem extremamente importante ao regime as atitudes sociais ou participativas ou ambas. O quadro 2 expõe quais aspectos conformam cada elemento classificatório.

A classificação dos cidadãos brasileiros sob tal perspectiva conceitual, que denomino nesta pesquisa como “ampliada”, gerou resultados que apontam que quase um quarto do total não são democratas conforme essa medida exigente, ao passo que um terço foi classificado com visão maximalista social e participativa e também houve concentração relevante de casos para minimalistas sociais e maximalistas sociais.

Tabela 4. Visões de democracia entre os brasileiros

Classificação ampliada	Freq.	%	% cum.
Não democrata	355	23,6	23,6
Minimalista	25	1,7	25,3
Minimalista social	180	12,0	37,2
Minimalista participativo	15	1,1	38,3
Minimalista social e participativo	205	13,6	51,9
Maximalista	25	1,7	53,6
Maximalista social	191	12,6	66,2
Maximalista participativo	12	0,8	67,0
Maximalista social e participativo	496	33,0	100,0
Classificação reduzida	Freq.	%	% cum.
Não democrata	355	23,6	23,6
Minimalista agrupado ("simples", social ou participativo)	220	14,6	38,3
Minimalista social e participativo	205	13,6	51,9
Maximalista agrupado ("simples", social ou participativo)	228	15,1	67,0
Maximalista social e participativo	496	33,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados "Visões de democracia" (2025).

As demais visões obtiveram percentuais muito baixos de casos, de modo que realizei um ajuste da medida de Ribeiro e Rocha (2025) para reduzir as categorias de visões com vistas à possibilidade de realização de análise multivariada, que tem como pressuposto número mínimo de casos que combinem cada visão com os correlatos testados. Denominei essa segunda classificação como “reduzida” e utilizei-a para o modelo de regressão logística multinomial exposto na sequência.

O modelo de regressão, exposto na tabela 5, compara as visões de não democratas com as outras quatro que apresentam atributos democráticas – minimalista agrupado, minimalista social e participativo, maximalista agrupado e maximalista social e participativo – com relação a um conjunto de correlatos recorrentemente utilizados em pesquisas sobre adesão à democracia (sexo, faixa etária, raça/etnia, escolaridade e autoposicionamento ideológico) e à orientação sexual⁸.

⁸ Sexo foi inserido com 0 = Feminino e 1 = Masculino; faixa etária foi recodificada com faixas 1 = 16 a 29 anos, 2 = 30 a 44 anos, 3 = 45 a 59 anos e 4 = 60 anos ou mais; *status* étnico considera a contraposição entre 0 = Não brancos e 1 = Brancos; escolaridade tem faixas recodificadas como 1 = Até Ensino Fundamental completo, 2 = Até Ensino Médio completo e 3 = Ensino Superior incompleto, completo ou mais; autoposicionamento ideológico considerou as respostas à escala em que 0 indica posição mais à esquerda e 10 mais à direita; e orientação sexual como 0 = Heterossexual e 1 = LGBAP.

Tabela 5. Correlatos de visões de democracia entre os brasileiros*

Visões de democracia	Correlatos	Odds Ratio	Intervalo de confiança	Sig.
Minimalista agrupado	Intercepto	0,44	0,16-1,19	0,106
	Sexo	1,15	0,78-1,71	0,474
	Faixa etária	1,12	0,93-1,36	0,223
	Status étnico	0,87	0,58-1,29	0,485
	Escolaridade	1,06	0,81-1,39	0,652
	Autoposicionamento ideológico	0,97	0,76-1,24	0,82
	Orientação sexual	0,85	0,45-1,60	0,614
Minimalista social e participativo	Intercepto	0,97	0,35-2,65	0,949
	Sexo	1,1	0,74-1,64	0,643
	Faixa etária	0,8	0,65-0,97	0,025
	Status étnico	10,4	0,69-1,56	0,848
	Escolaridade	1,03	0,78-1,37	0,812
	Autoposicionamento ideológico	0,98	0,76-1,25	0,865
	Orientação sexual	0,27	0,11-0,64	0,003
Maximalista agrupado	Intercepto	0,55	0,21-1,48	0,237
	Sexo	0,79	0,54-1,16	0,236
	Faixa etária	1,02	0,85-1,23	0,801
	Status étnico	0,77	0,52-1,14	0,197
	Escolaridade	0,97	0,75-1,26	0,816
	Autoposicionamento ideológico	1,25	0,98-1,59	0,068
	Orientação sexual	0,46	0,22-0,94	0,035
Maximalista social e participativo	Intercepto	1,61	0,73-3,56	0,239
	Sexo	1,18	0,86-1,62	0,304
	Faixa etária	1,03	0,88-1,20	0,711
	Status étnico	0,99	0,72-1,36	0,937
	Escolaridade	0,97	0,78-1,20	0,785
	Autoposicionamento ideológico	0,94	0,77-1,14	0,516
	Orientação sexual	0,56	0,33-0,95	0,033

* Considerando classificação reduzida. Categoria de referência: Não democratas.

n = 1.158

R²/R² ajustado = 0,242 / 0,241

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados "Visões de democracia" (2025).

Na tabela, os resultados com significância estatística são expostos hachurados em cinza, com intervalos de confiança que não incluem o ponto 1, indicativos do efeito. Para tais resultados, é importante considerar o *Odds Ratio*, que indicam os expoentes dos coeficientes logísticos ($\text{Exp}(b)$) com a razão de chances de pertencer a uma determinada categoria da variável resposta em comparação com a categoria de referência.

O primeiro resultado relevante do modelo é que o correlato mais relevante dentre os testados é a orientação sexual, que apresentou significância para três das quatro visões em

comparação com não democratas, ao passo que entre as cinco demais variáveis apenas uma apresentou um único efeito (faixa etária para visão minimalista social e participativa).

A razão de chance inferior a 1 sinaliza que pessoas LGBAP têm menor razão de chance do que heterossexuais de serem enquadrados nos exigentes parâmetros de manifestação de visões minimalista social e participativa, maximalista agrupada e maximalista social e participativa. Em outras palavras, considerando a exigente medida de atribuição de extrema importância às características que remetem à adesão ao regime, identificamos uma diferenciação entre LGBAP e heterossexuais de modo distinto do que resultados descritivos apresentaram.

Isto posto, cabe recordar que as medidas incluídas nos testes tratam de aspectos positivos do regime, reportados no Quadro 2, de modo que mesmo aqueles considerados não democratas não são indivíduos antidemocráticos, a exemplo daqueles que depredaram prédios dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro de 2023, mas aqueles que pontuaram parcialmente as escalas de respostas, sendo plausível considerar que o regime, para LGBAPs, pode se manifestar de modo severo e hostil a ponto da valorização de características liberais, eleitorais, sociais e/ou participativas ser parcial para esse público em maior medida do que para heterossexuais, que têm o *status quo* a seu favor quanto às bases de sustentação normativa do regime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS [OU SOBRE UMA AGENDA EM CURSO]

Uma democracia será tanto mais democrática quanto maior for a inclusão e a representação de grupos sociais heterogêneos em termos de direitos, legislações, acessos, possibilidades e oportunidades. Pensar a democracia, nesse contexto, é pensar em um regime político que não se limite a atender demandas de grupos dominantes, mas que se comprometa, efetivamente, com o princípio da igualdade, tal como previsto, por exemplo, no artigo 6º da Constituição Federal, que trata dos direitos sociais.

Para que isso aconteça, é essencial que posturas e discursos conservadores, majoritariamente fundamentados em valores morais, sejam substituídos por debates qualificados, orientados por dados, indicadores sociais e análises contextualizadas da realidade. Somente com uma compreensão sólida das demandas e vulnerabilidades dos diferentes grupos sociais será possível tomar decisões públicas mais justas, equitativas e eficazes.

O investimento em políticas públicas e a alocação de recursos devem, por exemplo, ser direcionados às populações que mais carecem de acesso a direitos e oportunidades — sejam elas pessoas LGBTQIA+, mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, imigrantes,

refugiadas, com deficiência, idosas ou quaisquer outros grupos historicamente marginalizados.

Isso significa que, em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, é papel do Estado promover ações que ampliem o acesso e garantam dignidade àqueles que estão à margem do modelo dominante, um modelo que, não raro, se ancora em valores do capitalismo excludente e na manutenção de privilégios.

Com base nos resultados expostos da análise descritiva, ainda que de modo exploratório, é possível afirmar que a orientação sexual constitui uma variável relevante para investigações sobre a diferenciação de comportamentos e atitudes políticas no Brasil. Se a análise descritiva apontou reduzido impacto em se tratando de medidas abstratas e avaliativas de adesão à democracia que diferenciam heterossexuais e LGBAP, quando se trata de aspectos relacionados ao conservadorismo há indícios mais substanciais de distinções que devem ser investigadas. Além disso, a despeito do modo como somos impactados por um regime democrático restritivo no acesso a direitos e garantias efetivas por parte da atuação dos Poderes Executivo e Legislativo, apoiamos a democracia e avaliamos seu funcionamento no país de modo homogêneo, em termos gerais, em comparação com aqueles que ocupam a posição de *status quo*.

Avançando ao exigente modelo de regressão sobre visões de democracia é importante problematizar os efeitos negativos associados à orientação sexual na análise multivariada, pois, embora a distribuição descritiva dos dados seja relativamente homogênea, a regressão logística multinomial com medida exigente de classificação de visões de democracia revelou que heterossexuais tendem a demonstrar maior apoio ao regime democrático. Esse padrão pode ser explicado pelo fato de que a heterossexualidade ocupa uma posição privilegiada no *status quo*, sendo beneficiada pela estrutura social, econômica, política e cultural vigente.

De modo geral, esses achados exploratórios não apenas confirmam a relevância da orientação sexual como marcador político, mas também apontam para a necessidade de aprofundamento das pesquisas nesse campo, com especial atenção ao fato de que tanto confirmam a existência entre pessoas LGBAP em comparação com heterossexuais como denotam a relevância de inserção de questão mais adequada sobre sexo biológico (com inclusão de intersexo⁹) e sobre identidade de gênero em pesquisas de opinião pública no país, tanto porque por vezes pessoas LGBAP tem maior passabilidade – em se tratando de aceitação social

⁹ Tramita na Câmara dos Deputados desde março de 2025 o Projeto de Lei nº 1318/2025, de autoria da deputada estadual mineira Duda Salabert, com proposta cuja ementa é “Institui o Estatuto da Pessoa Intersexo (Lei Christopher) Jacob e dá outras providências”. Dentre outros aspectos, destaca-se a necessidade de registro de pessoas que não têm sexo biológico definido como masculino ou feminino para acesso a serviços de saúde, por exemplo, bem como a ampliação do conhecimento da população em geral sobre tal característica dos indivíduos (Costa, 2024).

ou de não “transparecerem quem são” (Nonato, 2020) – em comparação com pessoas transgêneros (travestis e transexuais¹⁰) desde a período militar (Quinalha, 2021) quanto pelo fato de que mesmo os estudos internacionais ainda pouco contemplam tal variável, a despeito do reconhecimento de que as vulnerabilidades quanto à identidade de gênero tendem a ser mais severas do que relacionadas à orientação sexual (Campos e Hur, 2017; Grollman, 2017; Barrientos *et al.*, 2024).

Assim, a análise aqui desenvolvida contribui para o debate sobre cultura política e representação democrática ao evidenciar que a vivência da sexualidade, enquanto dimensão social e política, estrutura percepções distintas sobre democracia e justiça, o que reforça a premissa de que identidades marginalizadas, ao vivenciarem cotidianamente experiências de exclusão e reivindicação por direitos, tendem a construir modos específicos de se relacionarem com os valores democráticos mais inclusivos, enquanto setores privilegiados socialmente podem demonstrar maior alinhamento a normas de manutenção da ordem e do *status quo*.

É pertinente sinalizar que são diversos os desdobramentos da análise empreendida nesta pesquisa, passíveis de constituição de uma agenda de pesquisas sobre o tema no Brasil, como, por exemplo: [I] avançar nas medidas de adesão testadas descritivamente, como confiança institucional e modalidades de participação, a fim de qualificar o debate a partir da literatura clássica sobre o tema; [II] testar uma medida menos exigente com categorias intermediárias de visões, tratando como não democratas aqueles que atribuem nenhuma ou pouca importância às características testadas e considerando aqueles que apoiam normativamente o regime de modo parcial ou moderado; [III] analisar os significados da democracia para heterossexuais e LGBAP a partir da questão aberta do questionário, a fim de compreender e se como esses grupos formulam suas percepções conceituais sobre o regime; e [IV] avançar na investigação sobre os temas que perpassam questões-chave para o conservadorismo no contexto social e político brasileiro, buscando identificar tanto se aspectos de segurança pública (redução da maioria penal, pena de morte e proibição da venda de armas de fogo) e questões morais (liberação do consumo de drogas, casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e direito às mulheres escolherem sobre aborto) são temas de concordância/discordância de modo combinado ou segregado em fatores e sua relação com a orientação sexual dos brasileiros.

Em diálogo com os caminhos – ou descaminhos – da democracia na atualidade, é pertinente considerarmos que compreender como esse público se relaciona com o regime é

¹⁰ No Brasil, há importantes contribuições à literatura sobre transfeminismo (Jesus, 2014; Nascimento, 2023) e às desigualdades que impactam a vida de pessoas trans (Maira *et al.*, 2022). Por outro lado, mesmo no campo dos debates sobre orientação sexual há dissonâncias expressivas quanto à invisibilização de pessoas bissexuais pela própria comunidade LGBT+ (Shaw, 2023).

importante, de modo que a produção científica deve se expandir para considerar as especificidades dos diferentes grupos LGBT+, evitando generalizações que possam distorcer a compreensão de seus desafios e demandas.

Ademais, para além dos estudos sobre movimentos sociais LGBT+ no Brasil com coletas de dados de opinião pública em Paradas do Orgulho - como Costa, Machado e Prado (2008), por exemplo -, é pertinente avançarmos na realização de investigações que tomem pessoas LGBT+ como sujeitos nas análises, ou seja, como respondentes que informam como se relacionam com a democracia por meio de seus valores, atitudes e comportamentos políticos. Para tanto, é preciso ampliar os olhares sobre como questionamos sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero, de modo a contemplar as múltiplas letras que conformam a sigla LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

ADAMCZYK, Amy; PITT, Cassady. *Shaping attitudes about homosexuality: the role of religion and cultural content*. **Social Science Research**, v. 38, p. 338-351, 2009. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0049089X09000039>>. Acesso em 10 dez. 2024.

AHMED, Amel. *Is the American public really turning away from democracy? Backsliding and the conceptual challenges of understanding public attitudes*. **Perspectives on Politics**, v. 21, n. 3, p. 1-12, 2022.

ALBERTUS, Michael; GROSSMAN, Guy. *"The Americas: when do voters support power grabs?"*. **Journal of Democracy**, v. 32, n. 2, p. 116-131, 2021.

ALBRECHT, Nayara F. Macedo de Medeiros. Teorias da democracia: caminhos para uma nova proposta de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, n. 88, p. 1-24, 2019. Disponível em <<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/467/445>>. Acesso em 17 dez. 2024.

ALCANTARA, Naiara Sandi de Almeida. Religião e intolerância aos homossexuais: análise do LAPOP-Brasil em relação à tolerância política (2006-2018). **ORG & DEMO**, v. 21, n. 2, p. 137-158, 2020. Disponível em <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/10174/7034>>. Acesso em 19 nov. 2024.

ALVES, Douglas Santos. Participação, políticas públicas e o movimento LGBT brasileiro entre 2003 e 2014. **Debates**, v. 11, n. 3, p. 149-168, 2017. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/74739/45756>>. Acesso em 14 out. 2024.

ANDERSEN, Robert; FETNER, Tina. *Cohort differences in tolerance of homosexuality*. **Public Opinion Quarterly**, v. 72, n. 2, p. 311-330, 2008. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/25167627>>. Acesso em 10 dez. 2024.

AYOUB, Phillip; STOECKL, Kristina. A resistência global aos direitos LGBTQI. **Journal of**

Democracy, v. 13, n. 1, p. 83-104, 2024. Disponível em <<https://fundacaoofhc.org.br/arquivos/jod/mai24/4-a-resistencia-global-aos-direitos-lgbtqi.pdf>>. Acesso em 14 out. 2024.

BARBOSA, Camilla Cynara Dias; MENDONÇA, Roberta Rayza Silva de. A participação política LGBTQIA+ como caminho para assegurar direitos humanos. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 34, n. 1, p. 1-21, 2023. Disponível em <<https://beta.periodicos.ufv.br/oikos/article/view/13347/7957>>. Acesso em 14 out. 2024.

BARRIENTOS, Jaime; NARDI, Henrique Caetano; MENDOZA-PÉRES, Juan Carlos; NAVARRO, María Camila; BAHAMONDES, Joaquín; PECHENY, Mario; RADÍ, Blas. *Trends in psychosocial research on LGBTQ+ populations in Latin America: findings, challenges, and concerns*. *Journal of Social Issues*, p. 1-34, 2024. Disponível em <<https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/josi.12637>>. Acesso em 14 out. 2024.

BARROS, A. **Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019**. 2022. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019#:~:text=Entre%20as%20pessoas%20de%202018,1%25%20declararam%20outra%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexual.>>>. Acesso em 09 jan. 2025.

BARTELS, Mik S.; FORESTIER, Joel M. Le; HUG, Anton M. O.; MORGENROTH, Thekla; ROSELLÓ-PENALOZA, Miguel. *The influence of essentialist and social constructionist on perceptions of “realness”: implications for LGBTQ+ experiences*. *Journal of Social Issues*, p. 1-28, 2024. Disponível em <<https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/josi.12642>>. Acesso em 14 out. 2024.

BENEVIDES, Bruna. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024** Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2025. Disponível em <<https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2025.

BOASQUEVISQUE, Leôni Mongin; PALASSI, Marcia Prezotti; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da. Consciência política e participação na defesa de direitos LGBTQ+ no trabalho. *Organização & Sociedade*, v. 30, n. 107, p. 567-602, 2023. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/osoc/a/SJ9rzK8hGzgy3YJhcBzVmHb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 14 out. 2024.

BOOTH, John; SELIGSON, Mitchell. *The Legitimacy puzzle in Latin America*. Cambridge, Cambridge University, 2009.

BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela. Legitimidade democrática e apoio político: Inovações recentes no debate internacional. *Opinião Pública*, v. 27, n. 2, p. 333–359, 2021.

BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan de Souza. CARDOSO, Gabriela. *Views of democracy among brazilians: evolution and determinant factors*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 38, n. 111, e3811040, 2023.

BRYAN, James D. *What kind of democracy do we all support? How partisan interest impacts a citizen’s conceptualization of democracy*. *Comparative Political Studies*, v. 56, n. 12, p. 1597-1627, 2023. Disponível em <

<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00104140231152784> >. Acesso em 23 mai. 2025.

BUTLER, Judith. *Sujetos del deseo: reflexiones hegelianas en la Francia del siglo XX*. ODRIOZOLA, Elena Luján (Trad.). Buenos Aires: Amorrurtu, 2012.

CAMPOS, Gustavo de Aguiar; HUR, Domênico Uhng. Da invisibilidade à participação política: experiências e discursos sobre a luta de travestis e transexuais. **Revista de Gestão & Políticas Públicas**, v. 7, n. 2, p. 244-261, 2017. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/146356/163143>>. Acesso em 14 out. 2024.

CASALECCHI, Gabriel Ávila; VIEIRA, Aiane de Oliveira. Ativismo digital e valores democráticos: lições a partir da experiência brasileira. **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 50, p. 121-145, 2021. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14836/10797>>. Acesso em 23 dez. 2024.

CHAPARRO, Reynel Alexander; PRADO, Marco Aurélio Máximo. *Introduction: LGBTIQ+ Sexual and Gender Diversity Psychology from a Latinx Perspective*. In: CHAPARRO, Reynel Alexander; PRADO, Marco Aurélio Máximo (Eds.). **Latinx Queer Psychology: Contributions to the Study of LGBTIQ+, Sexual and Gender Diversity Issues**. Gewerbestrasse, Suíça: Springer, 2022, p. 1-6. Disponível em <<https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-82250-7>>. Acesso em 21 nov. 2024.

CHAPMAN, Hannah S.; HANSON, Margaret C.; DZUTSATI, Valery; DEBELL, Paul. *Under the veil of democracy: what do people mean when they say they support democracy?* **Perspectives on Politics**, v. 22, n. 1, p. 97-115, 2024.

CINAR, Kursat; BULBUL, Asya. *Varieties of democratic understanding and political participation: multi-level evidence from the world*. **Contemporary Politics**, v. 28, n. 4, p. 469-289, 2022.

CLAASSEN, Christopher. *In the mood for democracy? Democratic support as thermostat* *Opinion*. **American Political Science Review**, v. 114, n. 1, p. 36-53, 2020.

COBO, Barbara; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos; BARROS, Luciene Aparecida Ferreira de; RAMOS, Mirna Tetzner. Identidade de gênero e orientação sexual nas estatísticas públicas oficiais: caminhos para inclusão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 11, e04092024, 2024. Disponível em <<https://www.scielo.org/article/csc/2024.v29n11/e04092024/#>>. Acesso em 10 dez. 2024.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre o movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

COSTA, Anacely Guimarães. **Intersexualidades: medicina, mídia e ativismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Telha, 2024.

COSTA, Frederico Alves; MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Participação política e experiência homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 42, n. 2, p. 325-337, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000200014>. Acesso em 14 out. 2024.

CURRAH, Paisley. *The State of LGBT/sexuality studies in Political Science*. **Political Science & Politics**, v. 44, n. 1, p. 13-16, 2011. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/state-of-lgbt-sexuality-studies-in-political-science/24C997A68C8550A18233CAC8AB575B6D>>. Acesso em 14 out. 2024.

DALTON, Russell. J. **Democratic challenges, democratic choices**. New York: Oxford University, 2004.

DAVIS JUNIOR, Theodore J. *The political orientation of blacks and whites: converging, diverging, or remaining constant?* **The Social Science Journal**, v. 42, p. 487-498, 2005. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0362331905000820>>. Acesso em 14 dez. 2024.

DECHICHE, Ana Caroline Salvalajo. **Adesão à democracia e legitimidade do regime no Brasil**. 91p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2021.

DELGADO, Jaime Barrientos; BAHAMONDES, Joaquín. *Homosexuality Justification and Social Distance: A Cross-Cultural Approach from Latin America Using World Values Survey Data*. In: CHAPARRO, Reynel Alexander; PRADO, Marco Aurélio Máximo (Eds.). **Latinx Queer Psychology: Contributions to the Study of LGBTIQ+, Sexual and Gender Diversity Issues**. Gewerbestrasse, Suíça: Springer, 2022, p. 127-139. Disponível em <<https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-82250-7>>. Acesso em 21 nov. 2024.

DURAND, Mickaël. *Out of the French closet: the political participation of gays and lesbians in France into perspective*. **French Politics**, v. 19, p.306-328, 2021. Disponível em <<https://hal.science/hal-04331992/document>>. Acesso em 21 out. 2024.

EASTON, David. *A systems analysis of political life*. New York: John Wiley and Sons, 1965.

EASTON, David. "A re-assessment of the concept of political support". **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 435-457, p. 1975.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

FACHIN, Luiz Edson; JESUS, Jaqueline Gomes de. Participação política da população LGBTI+ e Poder Judiciário: Entrevista com o Ministro Luiz Edson Fachin. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 8-22, 2021. Disponível em <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/13402/10378>>. Acesso em 14 out. 2024.

FEITOSA, Cleyton. Diversidade sexual e partidos políticos: uma análise da temática LGBTI+ nos estatutos partidários brasileiros. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 2, p. 215-236, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/41956>>. Acesso em 14 out. 2024.

FEITOSA, Cleyton; AGUIÃO, Silvia; ZANOLI, Vinicius. Participação política LGBTI+ no Brasil: passado, presente e projetos de futuro. **Revista Brasileira de Estudos da**

Homocultura, v. 4, n. 14, p. 23-31, 2021. Disponível em <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/13185>>. Acesso em 14 out. 2024.

FERREIRA, Guilherme Gomes; IRINEU, Bruna Andrade. **Diversidade sexual e de gênero e marxismo**. São Paulo: Cortez, 2024.

FERREIRA, Cristiano Lucas; RÊSES, Erlando da Silva. Dia do orgulho heterossexual. Reação conservadora e masculinista à visibilidade política de pessoas LGBTQIA+. *Cadernos Pagu*, v. 69, e236917, p. 1-15, 2023. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/4qwBrTCFtnX5f5WngRJcbxw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 14 out. 2024.

FERRÍN, Mónica; KRIESI, Hanspeter. (Orgs.). **How Europeans view and evaluate democracy**. New York: Oxford University, 2016.

GOERCH, Alberto Barreto; SILVEIRA, Miguel Soares; SANTOS, Everton Rodrigo; SILVEIRA, Gabriel Eidelwein. Subalternidade, representação e participação da comunidade LGBTQIAP+ no cenário político brasileiro. **Conjecturas**, v. 22, n. 1, p. 490-509, 2022.

GRAHAM, Matthew; SVOLIK, Milan. *Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States*. **American Political Science Review**, v. 114, n. 2, p. 392-409, 2020.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2000.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GROLLMAN, Eric Anthony. *Sexual orientation differences in attitudes about sexuality, race, and gender*. **Social Science Research**, v. 61, p. 126-141, 2017. Disponível em <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27886724/>>. Acesso em 14 out. 2024.

GROSSMAN, Guy; HOLZHACKER, Denilde Oliveira; BALBACHEVSKY, Elizabeth. *The majoritarian threat to liberal democracy*. **Journal of Experimental Political Science**, v. 9, n. 1, p. 36-45, 2022.

GRUPO Gay da Bahia. **Observatório 2024 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Disponível em <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf>. Acesso em 11 mai. 2025.

HUNKLINGER, Michael. *Voting for diversity? Political attitudes and formal political participation of gay men and lesbian women in Germany*. **Momentum Quarterly**, v. 10, n. 1, p. 20-34, 2021. Disponível em <<https://momentum-quarterly.org/momentum/article/view/3770/2837>>. Acesso em 14 out. 2024.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, R. *Modernización y posmodernización. La Transformación de la Relación entre Desarrollo Económico y Cambio Cultural y Político*. **Este País**, v. 38, p. 1-22, 1994.

IRINEU, Bruna Andrade. **Nas tramas da política LGBT: um estudo crítico da experiência brasileira**. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KANE, Emily; WHIPKEY, Kimberly. *Predictors of public support for gender-related affirmative action: interests, gender attitudes, and stratification beliefs*. **Public Opinion Quarterly**, v. 73, p. 233-254, 2009. Disponível em <<https://academic.oup.com/poq/article/73/2/233/1937359>>. Acesso em 10 nov. 2024.

KÖNIG, Pascal D., SIEWERT, Marcus B.; ACKERMANN, Kathrin. *Conceptualizing and measuring citizens' preferences for democracy: Taking stock of three decades of research*. **Politics and Governance**, v. 10, n. 1, p. 71-83, 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVITSKY, Steven; LOXTON, James; VAN DICK, Brandon; DOMÍNGUEZ, Jorge I. (Orgs.). **Challenging of party-building in Latin American**. New York: Cambridge University, 2016.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth. **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: Johns Hopkins University, 2011.

LIMA, Bruno Ponte Belarmino; GOMES, Ágatha Aila Amábili de Meneses; SOUZA, Luana Elayne Cunha de. *Attitudes of religious people on marriage and adoption by LGBs*. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 38, e38521, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/LsCL6kbhDkZJ9jzK6rWGBnq/>>. Acesso em 13 jan. 2025.

MAGALHÃES, Pedro. *Regime support*. In: FISHER, Justin; FIELDHOUSE, Edward; FRANKLIN, Mark N.; CANTIJOCH, Marta; WLEZIEN, Christopher (Ed.). **The Routledge Handbook of Elections, Voting Behavior and Public Opinion**. London: Routledge, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB**, São Paulo, n. 9, p. 5-42, 2005.

MOGOTSI, Immaculate; OTCHERE, Yvonne Otubea; BOTCHWAY, Irene; MUTHONI, Yvonne; GARISEB, Rodney; RAMALEPE, Lebogang Manthibe. *Psychosocial correlates of LGBTIQ+ experiences in selected African countries: reimagining LGBTIQ+ research*. **Journal of Social Issues**, p. 1-25, 2024. Disponível em <<https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/josi.12640>>. Acesso em 14 out. 2024.

MOIRA, Amara; NERY, João W.; ROCHA, Márcia; BRANT, Tarso. **Vidas trans**. 2. ed. Bauru, SP: Astral Cultural, 2022.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p.11-44, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 269-309, 2010.

MOUFFE, Chantal. **El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical**. Barcelona: Paidós, 1999.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2023.

NAVARRO, María Camila; BARRIENTOS, Jaime; GÓMEZ, Fabiola; BAHAMONDES, Joaquín. *Tolerance of homosexuality in South American countries: a multilevel analysis of related individual and sociocultural factors*. **International Journal of Sexual Health**, v. 31, n. 3, p. 257-268, 2019. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19317611.2019.1625843?scroll=top&needAccess=true#abstract>>. Acesso em 21 nov. 2024.

NISHIMURA, Katia Mika. Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, p. 339-367, 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/op/a/zpFRKS5cWM7NZMMZp9ZggDm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 06 jan. 2025.

NONATO, Murillo. **Vivências afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes**. Salvador: Devires, 2020.

NORRIS, Pippa. **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University, 1999.

NORRIS, Pippa. **Democratic deficit: critical citizens revisited**. New York: Cambridge University, 2011.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, v. 28, n. 1, p. 62-91, 2022. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/op/a/xLJ4grqd96n3VmVx3XsGv5D/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 23 nov. 2024.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; SOUZA, Jessica Matheus de. Condicionantes da tolerância política no Brasil contemporâneo. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 30, p. 141-155. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/27702/20248>>. Acesso em 11 jan. 2025.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

QUINALHA, Renan; GREEN, James N. (Orgs.). **Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2014.

REA, Caterina Alessandra (Org.). **Digressões sobre poder soberano, necropolítica e necropolítica queer**. Salvador: Devires, 2024.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Mudança de valores e tolerância entre os brasileiros. **Mediações**, v. 15, n. 1, p. 220-240, 2010. Disponível em <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3713/5942>>. Acesso em 21 dez. 2024.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Cadernos CRH**, v. 32, n. 87, p. 641-657, 2019. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/23749/20486>>. Acesso em 21 dez. 2024.

RIBEIRO, Ednaldo; ROCHA, Daniel Leonel da. **Visões de democracia: proposta classificatória**. 2025 [*mimeo*].

RIVERA, Brayan Alexander Chávez. *LGBTIQ-fobia, una mirada a los delitos de lesa humanidad desde la diversidad sexual*. **Foro: Revista de Derecho**, n. 42, p. 173-189, 2024. Disponível em <<https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/foro/article/view/4469/4458>>. Acesso em 07 fev. 2025.

ROBINSON, Robert; BELL, Wendell. *Equality, success, and social justice in England and the United States*. **American Sociological Review**, v. 43, n. 2, p. 125-143, 1978. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/2094695>>. Acesso em 10 nov. 2024.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo, SP: Todavia, 2018.

SALGADO, Fernanda Maria Munhoz. **O verde e amarelo do arco-íris: a ação política de homossexuais conservadores no Brasil**. Curitiba: Appris, 2024.

SANTOS, Deivison Henrique de Freitas. Juventude, valores sociais e democracia: o caso dos estudantes da Universidade Federal do Paraná. **Revista Sociologias Plurais**, v. 7, n. 1, p. 343-363, 2021. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/download/79177/42966>>. Acesso em 07 jan. 2025.

SCHEDLER, Andreas; SARSFIELD, Rodolfo. *Democrats with adjectives: linking direct and indirect measures of democratic support*. **European Journal of Political Research**, v. 46, n. 5, p. 637-659, 2007.

SCHNABEL, Landon. *Sexual orientation and social attitudes*. **Socius: Sociological Research for a Dynamic World**, v. 4, p. 1-18, 2018. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/2378023118769550>>. Acesso em 14 out. 2024.

SECRETARIA Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. **Modelo de Formulário Padrão**. Disponível em <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/apresentaodoPowerPoint.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2025.

SHAW, Julia. **Invisibilidade: cultura, ciência e história secreta da bissexualidade**. RAMIRES, Vic Vieira (Trad.). São Paulo: Cultrix, 2023.

SIEGEL, Scott N. *The evolution of public opinion over gay rights in Switzerland*. **Political Research Quarterly**, 2024. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/10659129241278665>>. Acesso em 18 out. 2024.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN, N. John. *Nonparametric statistics for the behavioral sciences*. [S.l.]: McGraw-Hill, 1988.

SILVA, Beatriz Elena Barud. **Instituições participativas e as mudanças de governo: uma análise sobre democracia e cultura política participativa no governo Jair Bolsonaro (2019-2022)**. 148p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2023.

SILVA, Natanael de Freitas. Visibilidade das homossexualidades no Brasil da abertura: contracondutas. In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2023, p. 339-368.

SILVA, Lawerton Braga da; ARAÚJO, Heitor Marinho da Silva. *Systematic review on homosexuality and the lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexuals, and transgender population*. **Social Psychology**, v. 40, 2023, e200095.

SPINNER-HALEV, Jeff. *Multiculturalism and its critics*. In: DRYZEK, John; HONIG, Bonnie; PHILIPS, Anne (eds.). **The Oxford Handbook of Political Theory**. Oxford: Oxford University, 2006, p. 546-563.

SPIZZIRRI, Giancarlo; EUFRÁSIO, Raí; LIMA, Maria Cristina Pereira; NUNES, Hélio Rubens de Carvalho; KREUKELS, Baudewijntje P. C.; STEENSMA, Thomas D.; ABDO, Carmita Helena Najjar. *Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil*. **Nature – Scientific Reports**, v. 11, 2240, 2021. Disponível em <<https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4>>. Acesso em 21 nov. 2024.

SPURRIER, John D. *On the null distribution of the Kruskal–Wallis statistic*. **Journal of Nonparametric Statistics**, v. 15, n. 6, p. 685-691, 2003.

SVOLIK, Milan W. Polarização versus democracia. **Journal of Democracy**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2019.

SVOLIK, Milan W. *When polarization trumps civic virtue: partisan conflict and the subversion of democracy by incumbents*. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 15, p. 3-31, 2020.

SWANK, Eric. *Sexual identities and participation in liberal and conservative social movements*. **Social Science Research**, v. 74, p. 176-186, 2018

TAI, Yuehong ‘Cassandra’; HU, Yue; SOLT, Frederick. Democracy, public support, and measurement uncertainty. *American Political Science Review*, v. 118, n. 1, p. 512-518, 2024.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

VILLELA, Gabriel Merlim Moraes; GIORGI, Maria Cristina; CALIXTO, Roberta. “Nossa bandeira não é sexualidade”: construções discursivas em @gaycombolsonaro no Twitter. **Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 45, e2022122, 2022.

Disponível em

<<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3924/2787>>. Acesso em 14 fev. 2025.

VILELLA, Hebert de Paula Giesteira; GIMENES, Éder Rodrigo. Diagnóstico social sobre a população LGBTI+ como instrumento à conformação de políticas públicas: relato de experiência. In: Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades, 2, 2021. **Anais...** 2021, p. 42-59. Disponível em

<<https://revistas.cceinter.com.br/anaisseminariodepoliticaspública/article/view/296/318>>.

Acesso em 13 dez. 2024.

WORTHEN, Meredith G. F. “*All the gays are liberal?*” *Sexuality and gender gaps in political perspectives among lesbian, gay, bisexual, mostly heterosexual, and heterosexual college students in the Southern USA*. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 17, p. 27-42, 2020. Disponível em <<https://link.springer.com/article/10.1007/s13178-018-0365-6>>. Acesso em 10 dez. 2024.

WURTHMANN, L. C. *German gays go green? Voting behaviour of lesbians, gays, and bisexuals in the 2021 German federal election*. **Electoral Studies**, v. 81, 2023. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261379422001147>>. Acesso em 18 out. 2024.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Trata-se de base de dados produzida com recursos de projeto financiado por INCT/CNPq "Representação e Legitimidade Democrática", em andamento, de uso restrito aos pesquisadores vinculados à proposta (no momento).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.